



HISTORIOFILIA

HISTÓRIA DA AMÉRICA - INDEPENDÊNCIAS,
FORMAÇÃO DOS ESTADOS E INTERVENCIÓNISMOS

REVISTA CIENTÍFICA

"Yo deseo más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria"

Simón Bolívar, Carta de Jamaica, de 1815

"Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que pela liberdade e glória"

Esta publicação é o resultado de um trabalho de pesquisa dos alunos do curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São temas escolhidos pelos próprios alunos, sobre aquilo que despertou em cada autor uma curiosidade, uma paixão, um olhar durante a disciplina de História da América III – Gênese e Formação do Estado, ministrado pela Profa. Dra. Yvone Dias Avelino. Uma reflexão sobre o processo de independência e criação do Estado Nacional na América Latina que deu origem à pensamentos diversos, colocados aqui em forma de artigos.

Boa leitura.



Sumário

Editorial	4
Sumário	5
Princípios Nacionalistas na América Latina	6
Por: Laura Vasconcellos Monteiro de Oliveira	
Simon Bolivar em 'O General Em Seu Labirinto'	11
Por: Renata Nazario Lopes	
A Formação do Mapa da América do Sul	14
Por: Silvio Laroocca de Paiva Junior	
Nuestra América e Bem Viver	19
Por: Nicolau Gayotto da Conceição	
Uma Visão Marxista Perante a América Espanhola do século XIX	24
Por: Carolina Polli De Freitas e Diego Campagnolli Teixeira	
Bolívar e a Independência do Peru	27
Por: Augusto Burattini e Lucas Paes Rett	
Manuela Sáenz e a omissão da história como violência de gênero	31
Por: Christiane Manolio Valladão Flores	
Mecanismos e atuação da Inquisição Espanhola na América	38
Por: Alice Cavalheiro Barbosa e Luiza Martins Veras	
Entre D. Pedro I e Simón Bolívar	43
Por: Alexandre Fayrdin Bellintani Filho	
O Líder Militar, O Libertador: Bolívar	49
Por: Rafael Wassall Corrêa	
O Libertador Simón Bolívar e o Império do Brasil (1819 – 1830)	53
Por: Cassiano Arruda Câmara Neto	
O Caudilhismo Sul-Americano	57
Por: Gabriel Paes Tavares Silva	
Urbanização na América Espanhola	60
Por: Haline Victoria dos Santos	
A Dieta da Mesoamerica	63
Por: Luiz Felipe Fagundes Berribilli	
Aristocracia espanhola pela ótica da Décadence	65
Por: Gabriel Ramires S. S. Augusti	
Caetano Veloso X Latinoamerica	70
Por: Pedro Torres	
Charges	72



Princípios Nacionalistas na América Latina

Por: Laura Vasconcellos Monteiro de Oliveira¹

O nacionalismo tem como berço a Europa. Aqueles que hoje são entendidos como os primeiros Estados-nação a terem tomado forma, são Estados europeus. Os estudos das origens da nação e do nacionalismo, portanto, se concentram no cenário europeu no momento em que os discursos e movimentos nacionalistas surgiram e ganharam força - durante o século XIX, principalmente. Entender esse contexto é primordial para compreender as condições que possibilitaram a ascensão da concepção de nação. Contudo, tal compreensão é insuficiente. O modelo europeu, além de não ser homogêneo, não é absoluto - ele não pode ser padronizado e aplicado a todas as outras formações nacionais que ocorreram pelo mundo. Isso é particularmente verdade quando se fala nos nacionalismos americanos. Para examiná-los, tão importante quanto ter um entendimento de seu núcleo originário europeu, é se ater às especificidades do continente americano que inevitavelmente produziram nacionalismos e Estados distintos, e que não podem ser reduzidos a categorias explicativas essencialmente eurocêntricas.

Um ponto fundamental sobre a nação moderna, que age como fio condutor dos estudos sobre o assunto, é que ela não despontou no horizonte como a auto-realização de uma unidade que sempre existiu, mas que só se percebeu como tal no século XIX. Antes, a nação é um conceito criado por um discurso - o nacionalismo - que ascendeu devido a circunstâncias históricas específicas. Essa é uma característica do nacionalismo que prevalece tanto na Europa quanto nos outros continentes. Em nenhum lugar houve uma nação que se formou pela consolidação de uma unidade atemporal. Mas as condições em que tomaram forma o nacionalismo e as nações variam de acordo com tempo e espaço. Conforme Benedict Anderson enunciou em *Comunidades Imaginadas* sobre os Estados americanos que se delineavam entre os séculos XVIII e XIX:

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: lauvmonteiro@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6112-8508.

(...) parece praticamente impossível explicá-los a partir dos dois fatores que, decerto por ser fácil derivá-los dos nacionalismos europeus (...) têm dominado grande parte da reflexão europeia sobre o surgimento do nacionalismo (2008, p. 84).

A variedade linguística e a consolidação da burguesia em decorrência do avanço capitalista são os dois fatores referidos pelo autor, os quais foram imprescindíveis na Europa, mas na América Latina (foco da presente análise) não se encontravam presentes - ao menos não da mesma maneira. Diante disso, outros fatores são comumente apontados como as causas da ascensão do nacionalismo na América espanhola, sendo os principais a tentativa de aumento do controle metropolitano em finais de século XVIII e a chegada às colônias das ideias iluministas. Essas são condições que certamente contribuíram para o advento da resistência, mas que sozinhas não são capazes de explicar porque entidades nacionais se tornariam "emocionalmente plausíveis e politicamente viáveis" pela América (ANDERSON, 2008, p. 90). Em outras palavras, o que possibilitou a formação de Estados-nação americanos e o surgimento de um respectivo sentimento de pertencimento a eles?

Eric Hobsbawm definiu a nação em seu sentido político, moderno, como a equalização entre povo e Estado (1990, p. 31). Essa lógica, fruto das revoluções francesa (1789) e americana (1776), vinculava nação e território. Em outras palavras, o Estado nacional era uma entidade territorial, delimitada por fronteiras. Na América Latina, os Estados independentes que se consolidaram no século XIX herdaram em grande parte suas fronteiras do período colonial. A grosso modo, os novos Estados surgiram onde existiam unidades administrativas designadas pelo poder metropolitano espanhol desde o século XVI. Do ponto de vista geográfico, político e econômico, havia uma certa dimensão de isolamento e autossuficiência nessas regiões que se traduziria nas fronteiras nacionais no pós-independência (ANDERSON, 2008, p. 91). Contudo, a existência dessas áreas não responde inteiramente à pergunta acima. O que ensejou um pertencimento coletivo a elas?

Os criollos desempenharam papel fundamental nessa viabilização. Elite colonial descendente dos espanhóis, os criollos ocupavam uma posição ambígua. Em termos de língua, cultura e religião eles

eram indubitavelmente espanhóis. Sua descendência os colocava em um lugar de privilégio em solo americano - eles constituíam o volume dos latifundiários que exploravam a mão-de-obra nativa ou escrava. Contudo, o acesso às estruturas de poder coloniais era preferencial dos peninsulares, espanhóis vindos da Europa.

Um crioulo penetrava no aparelho político-administrativo com mais dificuldade, e sua movimentação dentro dele continha também mais obstáculos. Eles faziam parte de um grupo que vivia a subordinação devido à circunstância do nascimento na América (ANDERSON, 2008, p. 96-101; AGGIO, PAGOTTO, CORDEIRO, 2009, p. 581). Essa condição gerava um vínculo entre os criollos, uma diferenciação entre nós e eles. A contraposição a um outro, como em todos os tipos de nacionalismo, foi fundamental para a consolidação de uma identidade na América espanhola que em breve se tornaria nacional, principalmente com a chegada do capitalismo tipográfico na transição do século XVIII para o XIX.

No final do século XVIII, na América do Norte começaram a surgir manifestações singulares do capitalismo tipográfico nascido na Europa. O jornal tomou lugar como possível produto, e os editores passaram a incluí-los em suas

produções. Nascia assim a figura do editor-jornalista, que chegou à América Latina com o advento da imprensa tipográfica, e lá tomou a forma dos criollos. Agora esse grupo passava a ter um veículo no qual podiam ser expressas suas opiniões e preocupações coletivas. Mas, mais do que isso, o capitalismo tipográfico americano possibilitou a ascensão do nacionalismo de outra forma. As novas publicações, por meio da veiculação da simultaneidade, permitiu que a população americana pudesse se ver como pertencente à mesma comunidade. Segundo Anderson:

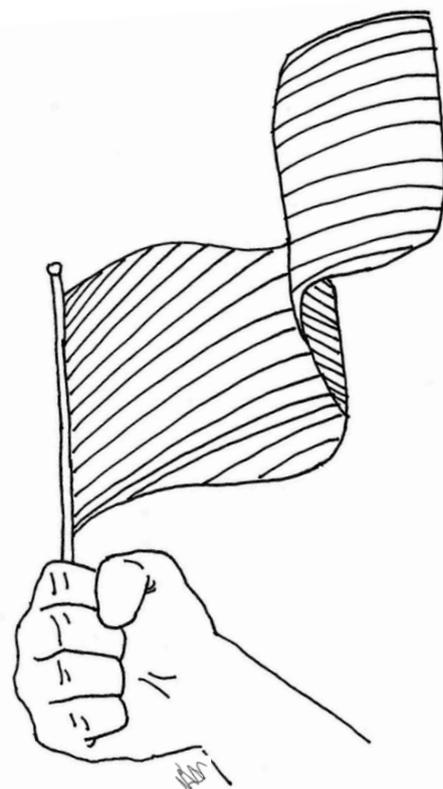
As primeiras gazetas traziam (...) informações comerciais (datas de chegadas e partidas dos navios, preços vigentes de tais e tais mercadorias em tais e tais portos), decretos políticos coloniais, casamentos de pessoas ricas, e assim por diante. Em outras palavras, o que unia, na mesma página, este casamento e aquele navio (...) era a própria estrutura da administração colonial e do sistema mercantil. Assim, o jornal de Caracas criava (...) uma comunidade imaginada entre um conjunto específico de leitores, a quem pertenciam estes navios, noivas e preços (2008, p. 102).

Membros de uma mesma comunidade americana tinham acesso simultâneo às mesmas informações, que diziam respeito a eles de uma maneira

similar. Esse processo, ao permitir que uma conexão fosse forjada entre os habitantes da América espanhola, representou um grande avanço. Conforme dito anteriormente, o nacionalismo é um discurso. Sua potência está, portanto, apoiada no espaço que ele tem na mentalidade popular. O vínculo entre indivíduos assume relevância apenas quando estes mesmos indivíduos o percebem - e isso foi possibilitado pelo advento dos jornais. A relação existente entre os americanos pôde ser percebida por eles e, com isso, passar a ter um peso cada vez maior no inconsciente coletivo.

É evidente que o principal grupo dentro do qual essa mudança se operou foi a classe crioula, que representava a maior parte dos letrados nas colônias americanas àquela altura. Para além desse grupo, as massas de indígenas, negros escravizados, mestiços e brancos pobres ficavam excluídas da nova comunidade imaginada que surgia. Isso não deixou de ser percebido pela elite, principalmente por aqueles que estavam à frente da luta pela independência americana em relação à Espanha. Simón Bolívar, o grande libertador sul-americano, libertou os escravos na Venezuela e fez algumas tentativas de integrar os indígenas à sociedade branca baseada na posse de terras europeias que se formaram no decorrer do século XIX.

Contudo, outras medidas eram simultaneamente tomadas para neutralizar a ameaça desses grupos considerados perigosos - principalmente os escravizados, diante do sucesso dos negros em conseguir a soberania com a independência do Haiti (AGGIO, PAGOTTO, CORDEIRO, 2009, p. 583). Assim, na medida em que as massas não eram de fato assimiladas, o amálgama nacional não poderia se consolidar verdadeiramente.



Contudo, isso não foi um fenômeno exclusivamente americano. Entre as nações continham uma infinidade de culturas, línguas e etnias. Muitas vezes grupos que

compartilhavam esses tipos de afinidades eram divididos em um ou mais territórios nacionais. De acordo com Hobsbawm isso ocorria porque o principal fator de fusão era econômico: a consolidação de uma burguesia poderosa economicamente que queria traduzir esse poder para a esfera política (1990, p. 36-37). As fronteiras nacionais tinham uma relevância enorme num contexto de industrialização, em que a criação de mercados internos e tarifas alfandegárias era essencial para a modernização econômica. Na Europa, as nações modernas nasceram principalmente em decorrência dos interesses em comum da burguesia, que se sobrepunham às questões étnicas, culturais e linguísticas. Estas foram frequentemente usadas de modo arbitrário pela burguesia, para gerar uma coesão e estabilidade internas nos novos países.

A questão econômica não deixou de ter seu impacto na América Latina. Os interesses criollos e as condições econômicas gerais e locais do continente indubitavelmente moldaram a resistência anti-colonial. Contudo, a esfera econômica não é suficiente em si mesma para explicar porque essa resistência tomaria especificamente formas nacionais - em vez de quaisquer outras (ANDERSON, 2008,

p. 106). Parte da explicação reside na consciência de si que a classe crioula adquire gradualmente. Seu fracasso na mobilização das massas, contudo, culmina nas décadas de caudilhismo, tirania, ditaduras e violência que se seguiram às formações nacionais (AGGIO, PAGOTTO, CORDEIRO, 2009, p. 584-585). Os nacionalismos americanos amadureceriam no século XX, de acordo com diversas mudanças econômicas e culturais que transformariam o continente. Entre as questões culturais, a literatura desempenha papel crucial.

Referências Bibliográficas

AGGIO, Alberto; PAGOTTO, Aline; CORDEIRO, Ítalo. América Ibérica no Século XIX: Nacionalismo e Independência. IN: BRADING, David. Nacionalismo e Estado na América Hispânica. História Revista, v. 13, n. 2, p. 575-598, 2009.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBBSAWM, Eric. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In:



Simon Bolivar em 'O General Em Seu Labirinto'

Por: Renata Nazario Lopes¹

“Não há nada mais perigoso do que a memória escrita.” A frase falada por Simón Bolívar ao seu eterno amigo e serviçal José Palácios no romance “O General em seu labirinto” do escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez, talvez ajude a explicar por que o general tenha escrito em toda a sua vida por volta de mais de dez mil cartas, algo que o autor usou em sua pesquisa para escrever seu romance. Este retrata, de forma ficcional, os últimos meses de vida do general Simón Bolívar, também conhecido como “O Libertador” (24 de julho 1783 – 17 de agosto de 1850, foi um revolucionário venezuelano responsável pela independência em relação ao império espanhol de diversos países da América Latina como a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. A narrativa segue a sua viagem até à Europa e depende muito das memórias que o general vai evocando e das suas conversas com o seu companheiro de viagem, José Palacios.

Na carta de agradecimento do final da edição, Gabo afirma que para a escrita do livro houve todo um processo de coleta de informações históricas e análise de um acervo (os 34 volumes de uma biografia de Bolívar publicada por Daniel Florencio O’Leary teriam sido usadas como referência). Dá para ver a preocupação do escritor em trazer veracidade à história e torna-la o mais próximo possível da narrativa biográfica, por exemplo, na anexação ao final da edição de uma cronologia sucinta da vida de Simón Bolívar, elaborada pelo historiador venezuelano Vinicio Romero Martinez; e pelos constantes lembretes oferecidos pelo narrador ao leitor para que este encare àquele texto como sendo essencialmente documental e não puramente ficcional, como em: “O coronel Wilson referiu este episódio a um cronista da época, que não se deu o incômodo de recordá-lo.”

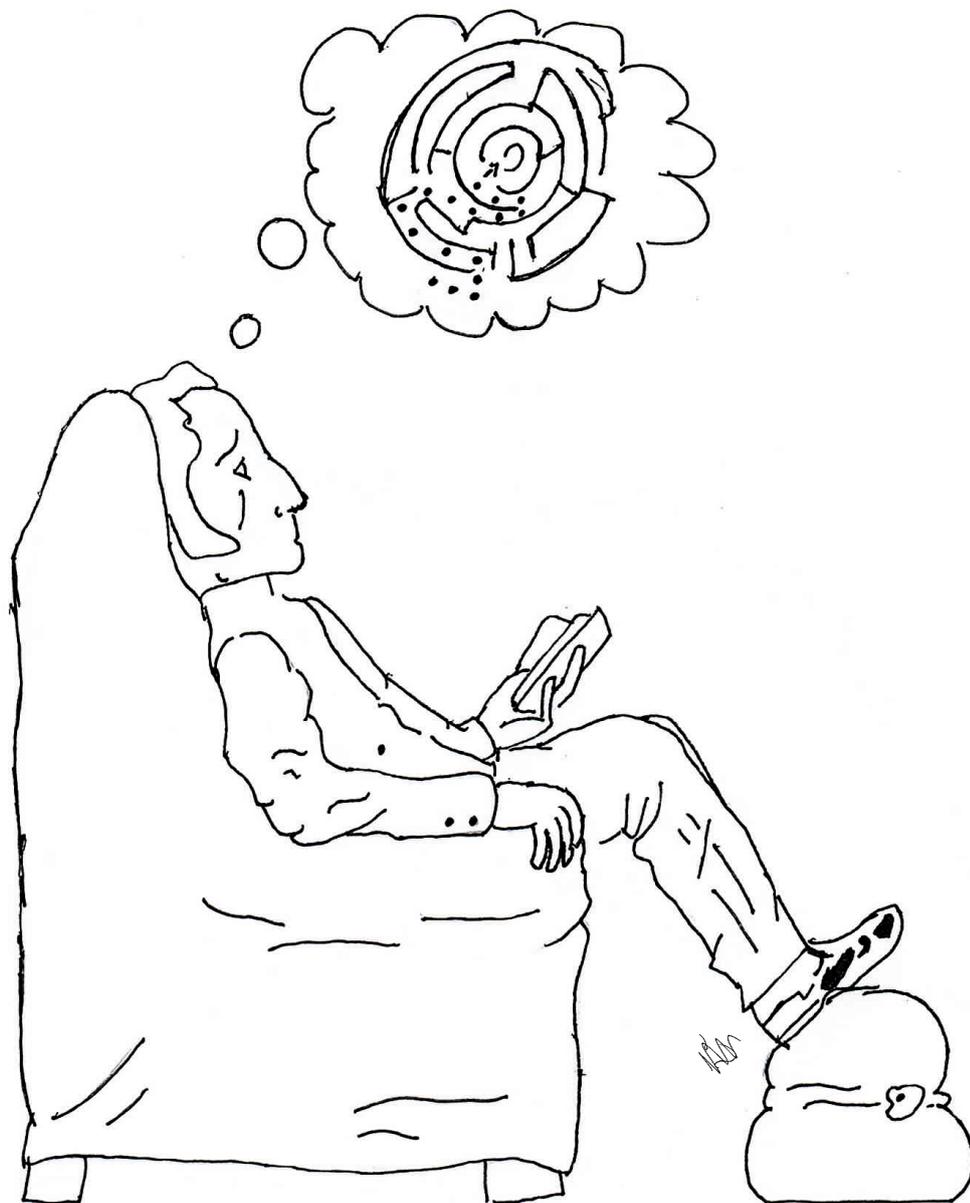
Gabriel Garcia Márquez ainda tenta apresentar alguns dos principais conflitos e ideias de Bolívar, diretamente e plenamente através dos pensamentos do general e dos seus acompanhantes. Sendo assim em O general em seu labirinto, não se tem a presença do

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: renata.13music@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8682-5331.

glorioso Bolívar, aclamado no ano de 1813 como Libertador da Venezuela, ou o grande personagem da história da América Latina, mas um Bolívar desconhecido.

Márquez apresenta um comandante que agora pertence ao passado, que relembra os seus tempos de glória. Desde as primeiras páginas o

personagem deixa evidente que morrerá, tendo um processo de humanização e fazendo com que o leitor tenha uma aproximação com um Bolívar após os louros de sua carreira. Doença, fragilidade e cansaço são intempéries da vida que atingem ao humano Bolívar e não ao seu mito. Detalhes esses que são extremante



bem elaborados por Gabriel García Márquez e que passam a somar a imagem coletiva do grande Libertador. O autor não só demonstra os elementos de fragilidade, mas também elementos como o amor e amizade. José Palácios não é somente o “servidor mais antigo”, mas é também digno de estar presente no fim da história.

García Márquez destaca ainda a grande relação do general e suas inúmeras mulheres, entre elas o grande amor de sua vida, Manuela Sáenz, que o acompanha nos últimos dias de sua vida, mesmo que em pensamento, e as suas amantes, que buscava inutilmente esconder. Todas essas personagens que giram em torno do grande general morrem sem a glória de um dia antes desfrutada, e ainda reforçam a decadência de um Bolívar abandonando.

Outra coisa que Márquez coloca em seu romance e que o leitor pode se surpreender ao ler são as histórias paralelas a do General, estas histórias de simples personagens. Um caso a se citar no livro é o da cozinheira Fernanda Barriga, uma “índia plácida, gorda, tagarela”, que ocupava um papel de destaque na vida do General.

Chamada por Carreño especialmente para cuidar da falta de

apetite de Bolívar durante a viagem de exílio, pelo rio Magdalena.

do General, já que é o servo que é “cúmplice em tudo”. Ele é uma espécie de secretário que desempenha o papel de confidente, “José Palácios sabia o quanto o general era sensível”, “o viu lutando para conter as lágrimas”. Para Palácios a maior herança, portanto, é morrer com o General.

Na última frase do Libertador: “Carajos! Como vou sair deste labirinto?”, algo que não se tem certeza nem se foi realmente a última frase proferida no leito de morte por Bolívar, pode servir como uma boa metáfora para a confusão interessante que se estabelece na narrativa do romance: afinal em que labirinto está a imagem personificada do general venezuelano recriado por García Márquez: preso à sua representação biográfica ou caminhando sem perceber pelos limites da ficção?

Referências Bibliográficas

García Márquez, Gabriel. O general em seu labirinto. Galera Record, 1989. Acesso: <https://andsekkel.wordpress.com/2009/07/27/o-general-em-seu-labirinto/>



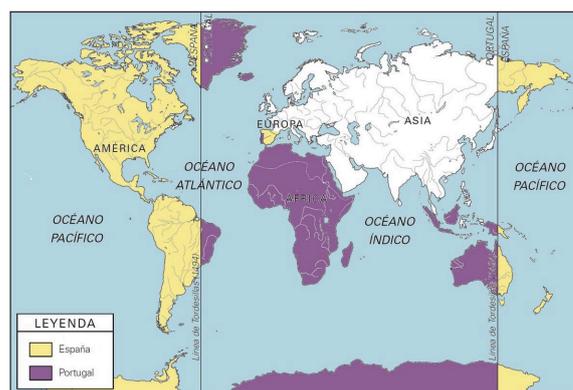
A FORMAÇÃO DO MAPA DA AMÉRICA DO SUL

Por: Silvio Larocca de Paiva Junior¹

O Mapa da América do Sul começou a ser modificado antes de ser ocupado pelo europeu em 1494 através de um tratado entre as duas coroas que dominavam a navegação pelos mares: Espanha e Portugal. O Tratado de Tordesilhas foi ratificado pelos Reis Fernando de Aragão e Isabel de Castela e por D. João II de Portugal.



O tratado procurava regulamentar a disputa entre as monarquias ibéricas pelas novas terras à descobrir. O mundo foi então dividido por uma linha divisória situada a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde ligando o polo Ártico ao polo Antártico.



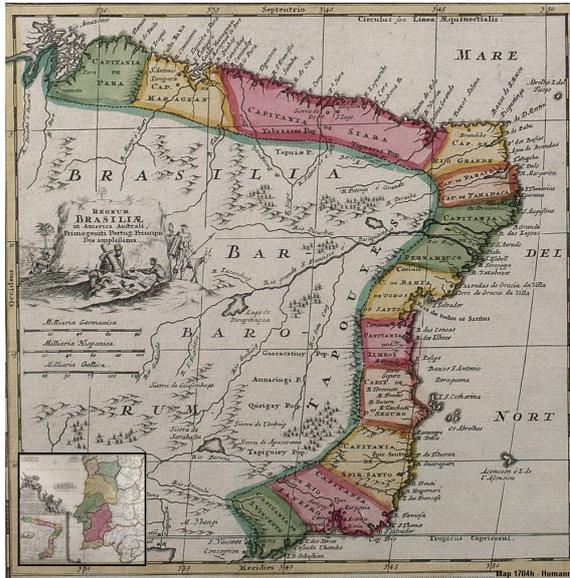
Durante a época colonial que se inicia em 1492 com a chegada do navegador Cristóvão Colombo o mapa da América do Sul tem o domínio hispânico a oeste e o português a leste da linha do Tratado de Tordesilhas.

Na região da Espanha o território é dividido em Vice-reinados: Nova Granada, Peru e Rio da Prata e capitanias: Geral da

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: silvio.paiva.junior@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2607-5436.

Venezuela e Geral do Chile. A região de Portugal é ocupada apenas no litoral e inicialmente dividida em capitânias hereditárias.

limites do Brasil para o Sul e Oeste pela ação de Bandeirantes e no Norte chegando o território do Maranhão e Grão- Para até o Peru.



Com a restauração de Portugal novos tratados foram assinados para regularizar as fronteiras: Tratado de Utrecht (1715-1718) envolve França, Espanha e Portugal definindo na América fronteiras entre Brasil e Guiana francesa e restabelecendo a posse da Colônia de Sacramento à Portugal.



Com o Tratado de Madri (1750), Portugal abre mão da Colônia de Sacramento para garantir a posse de terras a Oeste e reconhecimento da posse dos Sete Povos das Missões bem como a definição das fronteiras por grandes rios e Montanhas (fronteiras naturais). A Espanha tinha grande interesse em garantir a região do Rio da

Durante o período da União Ibérica 1580-1640 o Tratado de Tordesilhas perdeu significado e os portugueses expandiram os

Prata pelo escoamento de parte da prata de Potosí.



Tratado de Santo Idelfonso (1777) confirma o Tratado de Madri e devolve os Sete Povos para Espanha e a Ilha de Santa Catarina para Portugal, posteriormente o Tratado de Badajoz (1801) incorpora novamente Sete Povos ao Brasil.

Entre 1750 e 1830 o antigo sistema colonial chegou ao fim com a nova realidade política e econômica do capitalismo industrial liderado por Inglaterra e França. Portugal e Espanha perderam a hegemonia e com as guerras napoleônicas na Europa o mapa da América começou a sofrer grandes modificações, a dominação da Espanha e a fuga da família real portuguesa para o Brasil em 1808 desencadearam processos de independências tanto nas colônias hispânicas como no Brasil.

No caso do Brasil a atividade da mineração do ouro em Minas manteve unidas as diversas regiões. Era para Minas onde convergiam as mercadorias do Rio de Janeiro, as mulas da região sul passando por São Paulo onde também a atividade agrícola abastecia as minas e ainda a região nordeste com o fornecimento de gado e de escravos que estavam disponíveis pela decadência do açúcar. Por outro lado, a Proclamação da Independência em 1822 por um herdeiro da família real com apoio

da burocracia administrativa do Rio de Janeiro contribuiu para a integridade do território apesar de várias revoltas regionais.



Na América espanhola a partir de 1810 a elite criolla sob o comando de Bolivar e San Martim começaram as lutas pela independência que libertou toda América do Sul. Porém o objetivo de Bolivar de criar uma grande confederação americana fracassou. As antigas capitais de audiência do império hispânico se tornaram centros de aglutinação e assim nestes centros, (Caracas, Bogotá, Lima, Santiago, Charcas e Buenos Aires) construíram-se novos países. O antigo império colonial se fragmentou em diversos Estados.



A disputa pela Banda Oriental do Rio da Prata entre o Império brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata durante o século XIX terminou com a intervenção inglesa em 1826 e a criação da República Oriental do Uruguai. A paz e o porto seguro estratégico em Montevideu eram o desejo mercantilista inglês.

Com a estabilização das fronteiras e uma conjuntura internacional favorável entre 1860 e 1880 houve uma retomada de crescimento sendo a América uma fornecedora de matérias-primas e gêneros alimentícios para os centros da nova economia industrial. Estabeleceu-se Estados oligárquicos e agroexportadores.

Desta maneira superou-se o quadro de ocupação restrito a núcleos urbanos e ou áreas isoladas ocorrendo estímulos à expansão das atividades primarias e valorização dos territórios. A Argentina ocupou a pampa e a Patagonia entretanto com mais destruição de sociedades de povos originários. Em 1862 houve a reunificação argentina e a criação da República Argentina, uma vitória da burguesia de Buenos Aires.

A valorização das terras levou a uma dedicação da consolidação das fronteiras.



Ainda duas guerras na segunda metade do século XIX contribuíram para a configuração atual da América do Sul: A guerra do Paraguai (1864-1870) com a formação da tríplice aliança Brasil, Argentina

e Uruguai) que derrotaram o Paraguai e modificaram as fronteiras entre os países.

A guerra do Salitre pela disputa dos recursos do deserto do Atacama entre Chile, Peru e Bolívia vencido pelo Chile em 1884 e também com alteração de fronteiras. Para completar o Brasil em 1903 permutou territórios e comprou área da Bolívia atual estado do Acre. Desta maneira chegamos a situação atual porem não final, considerando as condições sociais e politicas atuais o mapa pode ser modificado no futuro.

A América está Inacabada.

Referências Bibliográficas

Doratioto Francisco Espaços Nacionais na América Latina

Campos Flavio Tratado de Tordesilhas - História da Paz

Deveza Felipe - O Caminho da Prata de Potosi até Sevilha Séc. XVI-XVII



NUESTRA AMÉRICA E BEM VIVER

Por: Nicolau Gayotto da Conceição¹

A tentativa de a América desempenhar um estudo de sua identidade, esbarra na coibição colonialista que perpassou pelo continente durante séculos. Durante mais de trezentos anos o território americano passou por uma brutal ocupação, de diversos países europeus – onde se destacam Espanha, Portugal e Inglaterra –, que concomitantemente apropriava-se de seus recursos e impossibilitava a construção de uma cronologia de ação originária. Essa dificuldade distancia o universo Americano de desenvolver uma política própria de prosperidade local. O Cubano José Julián Martí Pérez vai propor em seu texto célebre *Nuestra América*, justamente, uma tentativa de definição. Mas longe de determinar, sua proposta se esforça em propor a essência do projeto americano: uma identidade própria. Me apoiando nessa análise, encontrei na teoria do *Bem Viver*, através dos estudos de Alberto Acosta, conformidades que podem agregar e reiterar a proposta de Martí.

O *Bem Viver* é um ajuntamento de princípios que tem origem comum no mundo amazônico/andino, mas que se realiza de forma prática de variadas formas, conforme cada situação específica; “um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza²”. Cabe nesses princípios uma ideia base, em conformidade aos ideais de Martí, de uma personalidade territorial. Há aqui uma apologia dos problemas de conhecimento da América com o desamparo conceitual, histórico e cultural que se cultivou durante anos de experiência colonizadora, pois “conhecer é resolver”. Para isso é preciso entender o padrão europeu de mundo para superá-lo em novas concepções e linguagens de

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: nicolauco@gmail.com. ORCID: 0000-0002-9668-9142.

² ACOSTA, Alberto. *Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante. 2016. p.24

uma retórica própria ao contexto americano: “Aprender o caminho do inferno para dele se afastar”.

A estadia predatória do colonialismo nas américas não tinha outro objetivo maior que o acúmulo de capital para si, absorvendo tudo que havia em sua frente inconsequente dos efeitos desastrosos que traria. Um território imenso e rico de recursos naturais como a América segue pobre, por obra de planejamentos medíocres e um desperdício alarmante. Essa lógica curiosamente prosseguiu com outra roupagem. Os países mesmo independentes se clausuraram no modelo de acumulação de produtos primários e ficaram à mercê do consumo de produtos industrializados e empréstimos de capital para o seu desenvolvimento, se submetendo, novamente, aos desejos das ex-metrópoles na administração das políticas nacionais. Reiterando algumas liberdades, a subordinação colonizado colônia se estendeu na maioria do território americano.

Essa continuação parte do fundamento que a ideia de nação e sociedade descende de linhagem europeia, e por isso deveriam ser copiados por todos os países do mundo. A América era símbolo de ignorância e barbárie, de contribuição indígena e negra, não carregando a

possibilidade de construir uma civilização. Desse raciocínio que se sustenta a obediência americana aos países da Europa.



“Por quase meio século, a boa vizinhança no planeta foi concebida à luz do “desenvolvimento”. Hoje, esse farol revela suas rachaduras”. Começou a desmoronar. Nessa perspectiva, tanto no *Bem Viver*, como em Martí “não se trata de fazer as mesmas coisas de sempre com mais eficiência, esperando que, agora sim, os resultados sejam satisfatórios”, muito menos “se busca propor uma série de ideias e consensos para disfarçar o sistema dominante”, mas do

anseio por uma nova forma vida construída coletivamente. O desequilíbrio violento instituído pelos anos de ocupação colonialista deveria ser sobreposto por um sentimento humanista, privilegiando a coesão ente raças, classes e etnias, sustentadas no reconhecimento dos diversos valores culturais existentes, em favor de uma harmonia entre seres humanos. Não há, como era colocado pelo mundo europeu, um duelo entre a civilização e a barbárie, “mas entre a falsa erudição e a natureza”. O pressuposto teleológico por um desenvolvimentismo europeu, falseia a necessidade por uma política que seja elaborada no seio da realidade natural dos países. Incorpora-se nos discursos aqueles que antes foram desprezados, alinhando o humano como possessor de sua orientação.

Ser humano tem um novo centro de percepção na escrita de Martí: há uma noção da responsabilidade política de que o humano tem com sua terra, sua nação e seu povo. O povo, conceitualmente, é formador de todas as classes de uma nação; assumindo assim uma correlação inexorável entre os grupos originários e a administração da nação. Enquanto elites dirigentes, que não fazem parte da nação, ou que não a

conhecem, continuarem a governar, os interesses daquele território estarão à mercê da decadência. O aprendizado mais feroz que o período colonial proporcionou para colônia é a exploração e transformação do mundo natural inerente à sua essência. Como se fosse o papel natural do ser-humano fosse explorar a natureza. Quanto a essa lógica, cada vez mais a destruição será danosa para o ser-humano, e esses anos que se seguiram de desflorestamento na região são irreversíveis. Cabe agora mudar a lógica de pensamento direcionando às raízes dos países.

Cabe aos povos que não se conhecem se “apressarem para se conhecerem, como os que vão lutar juntos”. O crioulo, iludido pelas perspectivas colonialistas, se afasta do povo. Não reconhece as contribuições culturais dos indígenas e negros, excluindo-os da condução da política do país. Há a necessidade de se conhecer seu povo, suas características heterogêneas e as heranças culturais que contribuíram para o nascimento da América; e não o desprezar como cultuam as elites governantes. Dessa maneira o *humano* toma posse de uma responsabilidade que transcende a fronteira

nacional, ao envolver as contribuições pluriculturais de vários povos para a formação de um conglomerado humano comum: A América. “Em que pátria pode o homem ter mais orgulho do que em nossas repúblicas dolorosas da América”. Coloca-se a pátria como valor moral, um dever que todos os homens devem seguir para consolidar sua humanidade. Afirma a ideia do *Bem Viver*, assim como é colocado na Constituição equatoriana, o humano como centro, e mais ainda, sua conformidade com a natureza; e afirma Martí: “o governo não é mais do que os elementos naturais do país”. A vida do homem está atrelada a harmonia com a natureza, e a perspectiva desenvolvimentista colocada pela exploração colonialista durante séculos abusou da natureza e hierarquizou os homens.

Dessa necessidade de converter a forma de pensamento que respalda o texto do *Bem Viver*. Mais do que isso, reitera a importância histórica dos pensamentos indígenas desprezada através de anos de colonização. Martí entende essa importância, e durante todo o texto retorna aos universos ideológicos indígenas para exemplificar, citar ou acrescentar na construção de sua ideia.



Colocando a persona do indígena como inerente à construção de um futuro na América e fator de seu declínio. O problema, para Martí, é colocado muito além de uma simples apuração ideológica entre qual sistema seguir, mas da estrutura de um pensar américa, pois “não se vê como do mesmo golpe que se paralisou o índio, paralisou-se a América?”; por isso, “até que

não se faça andar o índio, não começará a América a andar bem”. Assim as duas perspectivas se alinham.

Mesmo após a independência os países latino-americanos seguiram sua dependência como haviam feito durante a colônia. A exportação de recursos naturais – primários – é base da lógica de prosperidade de diversos países americanos mesmo após a saída da metrópole dos territórios. Não se alterou a lógica desenvolvimentista, pelo contrário, se reiterou o anseio pela exploração e destruição da natureza, e em consequência prolongou a submissão com as ex- metrópoles.



O *Bem Viver* questiona as teorias desenvolvimentistas propagadas pela Europa na América. Ele coloca uma nova forma de pensamento baseado na inovação nos moldes tradicionais. Martí em consonância reitera a necessidade de conhecer-nos para governar. Esse conhecimento tem bases na América e não na Europa. O contraponto dos EUA, exemplificado por ele, mostra como a reprodução do sistema europeu é destinada à miséria e sangue. A salvação, diz ele, virá “com seus índios, e vai de menos a mais; estes desertores que pedem fuzil nos exércitos da América do Norte, que afogam em sangue seus índios, vão de mais a menos”. Coloca-se o indígena como resgate do horizonte corrompido, e o *Bem Viver* é o princípio para essa remição.

Referências Bibliográficas

MARTÍ, José. *Nuestra América*. Fundação Universidade de Brasília. 2011.

NASSIF, Ricardo. *José Martí*. Fundação Joaquim Nabuco. 2010.

ACOSTA, Alberto. *Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante. 2016.



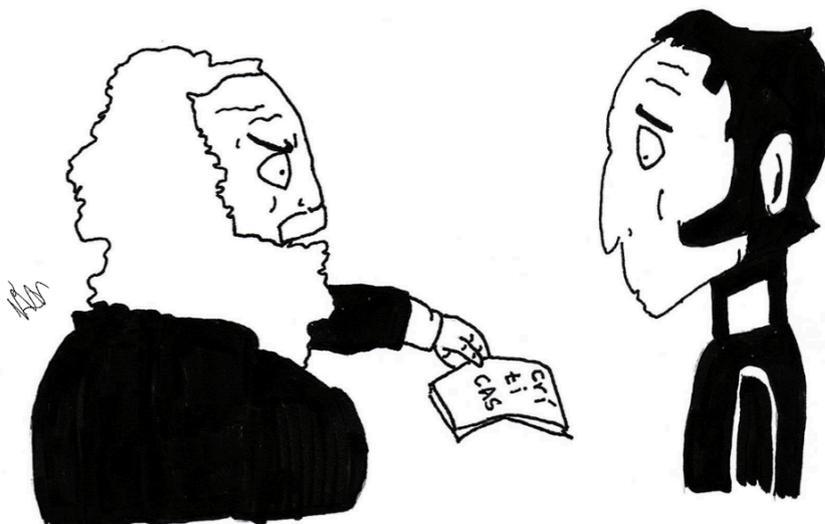
Uma Visão Marxista Perante a América Espanhola do século XIX: Uma crítica a leitura de Marx perante Simon Bolívar

Por: Carolina Polli De Freitas¹ e Diego Campagnolli Teixeira²

No ano de 1857, Marx Adjunto de Engels, foi contratado pelo diretor da revista *New American Cyclopaedia*, Charles Dana, para escrever sobre temas diversos, dentre esses: história militar, Biografias e assuntos variados. E a partir desse que surge seu texto “Simón Bolívar” de Marx. Esse verbete tece uma crítica a figura, até e então considerada heróica, do “Libertador das Américas” Simón Bolívar. E é baseado no texto que traremos a visão

Marxista do século XIX colocando em debate elementos de uma visão limitada, proveniente da distinção sociocultural e geográfica imposta ao economista alemão no momento de redigir o texto em questão.

Em sua Narrativa, Marx descreve o processo de independência de diferentes províncias, como a Colômbia, Peru e Venezuela, trazendo de forma breve as decisões político-militares tomadas por Bolívar nos eventos históricos marcantes do processo libertário da América espanhola do século XIX.



¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: cacapollif@gmail.com. ORCID: 0000-0002-0206-9664.

² Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: diego.campagnolli13@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2466-4544.

Demonstrando cunho agressivo no decorrer de sua narrativa, Marx não se segurava em deixar claro seu desgosto para com a figura de Simón, comparando-o, na carta de 14 de fevereiro de 1858, que escreveu a Engels, a Napoleão Bonaparte (Napoleão I) e a Soulouque, autoproclamado Imperador Haitiano do século XIX.

"Seria ultrapassar os limites querer apresentar como Napoleão I o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas. Bolívar é o verdadeiro Soulouque."

Logo, a crítica feita por Marx no decorrer de seu texto, descreve de forma factual o ocorrido ao mesmo tempo que deixa subentendido sua opinião e sua visão perante o "Imperador" Latino-americano, ignorando fatos importantes que definiram o desenrolar da vida de Simón Bolívar.

"Bolívar marchou para Pamplona, onde passou cerca de dois meses em festejos e bailes. Em 3 de Novembro, chegou a Mantecal, na Venezuela, onde havia instruído os chefes patriotas do território a se reunirem com suas tropas, Com um tesouro de uns 2 milhões de dólares, obtidos dos habitantes de Nova Granada mediante contribuições forçadas, e dispondo de uma tropa de aproximadamente 9 mil homens, um terço dos quais compunha-se de ingleses, irlandeses, hanoverianos e outros estrangeiros bem

disciplinados, coube-lhe então enfrentar um inimigo despojado de todos os recursos e reduzido a uma força nominal de 4.500 homens, dois terços dos quais eram nativos e, por conseguinte, não podiam inspirar confiança nos espanhóis. Com Morillo em retirada de San Fernando de Apure para San Carlos, Bolívar o seguiu até Calabozo, de modo que os quartéis-generais inimigos ficaram a apenas dois dias de marcha um do outro. Se Bolívar tivesse avançado com arrojo, suas simples tropas europeias teriam esmagado os espanhóis, porém ele preferiu prolongar a guerra por mais cinco anos."

Posto isso, pode-se concluir que Marx não apenas criticava assiduamente Bolívar, como também a partir da aplicação do conceito de lutas de classes europeizado e industrial, transmitido pelas ideias do Filósofo alemão, que ignorava a real situação americana, dado que na Europa o desenvolvimento industrial acelerado e a formação e Ascensão da classe burguesa do século XIX, estimulados pela 1ª revolução industrial configurou América e a Europa em patamares socio-desenvolvimentistas totalmente antitéticos. Sendo assim, de seu ponto de vista, Simón Bolívar, independentemente de seu papel fundamental na independência da América, não passava apenas de uma figura de poder afim de sobrepujar-se sobre a povo recém liberto.

O que Bolívar realmente almejava era erigir toda a América do Sul como uma única república federativa, tendo nele próprio seu ditador. Enquanto, dessa maneira, dava plena vazão a seus sonhos de ligar meio mundo a seu nome.

Contudo, Karl Marx, mesmo criticando a figura ditatorial e as ideias panamericanista de Bolívar, parece buscar uma figura heróica para se apoiar, podendo assim interpretar parte de ódio a Bolívar, como uma possível decepção por não poder encontrar na figura do filho de espanhóis, que morrera no ano de 1830, 18 anos antes de Marx e Engels terem publicado a 1ª versão do “Manifesto do Partido Comunista” (1848), a figura de um herói representante da luta proletária industrial inexistente na América do século XIX.

No Manifesto (1848), Marx explica que o sistema de classes europeu: “é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações nos modos de produção e circulação” que inclui a formação da burguesia, a colonização da América e formação da indústria. Porém, mesmo Bolívar morrendo 10 anos após a Revolução Industrial, a entrada do sistema fabril demoraria décadas à chegar nas Américas. Deixando claro a verossimilhança

à doutrina feudal predominante na América Bolivariana, contrapondo-se ao desenvolvimento industrial europeu, que embasou a teoria da luta de classes de Karl Marx.

Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações nos modos de produção e circulação. Cada um desses estágios do desenvolvimento da burguesia se fez acompanhar do correspondente progresso político. Estamento oprimido sob a dominação dos senhores feudais, associação armada e auto governante na comuna, ora república municipal independente, ora terceiro estamento tributável da monarquia; depois, à época da manufatura, contrapeso para a nobreza na monarquia estamental ou na absoluta, fundamento central de todas as grandes monarquias — a burguesia por fim conquistou para si, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a exclusiva dominação política no moderno Estado representativo. O moderno poder estatal é apenas uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa.

Referências Bibliográficas

Marx, Karl, 1818-1883. Simón Bolívar por Karl Marx/ tradutor Vera Ribeiro. - São Paulo: Martins, 2008. (Coleção Dialética)
MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista, 1848.



Bolívar e a Independência do Peru

Por: Augusto Burattini¹ e Lucas Paes Rett²

O processo de independência do Peru figura entre os mais conturbados da América espanhola. Principal vice-reino durante todo o período colonial, o país andino concentrava diversos interesses políticos e econômicos da coroa. Essa excepcionalidade é reconhecida também por Bolívar durante seu exílio na Jamaica: “O Peru encerra dois elementos inimigos de todo regime justo e liberal: ouro e escravos. O primeiro o corrompe todo; o segundo está corrompido por si mesmo.” (pg.320)

A discussão historiográfica acerca desse processo de libertação tem-se concentrado em debater as diversas forças dentro da independência peruana e o grau de participação delas. Assim, por exemplo, no recente artigo publicado na revista de História da Universidade de São Paulo, em que o tema é exposto da seguinte maneira: O papel desempenhado pelos exércitos de San Martín e Bolívar na emancipação peruana já motivou intensos debates historiográficos. Bonilla e José Matos Mar, na apresentação da obra *La independencia en el Perú* publicada em 1972, questionando as bases em que havia, até então, sido interpretada a emancipação peruana pela historiografia “tradicional” de viés nacionalista, afirmaram: “*No caso do Peru, além disso, esta Independência foi concedida e não conquistada. Ou seja, trazida desde fora pelos exércitos de San Martín e de Bolívar*”. Scarlett O’Phelan, por sua vez, propôs uma mudança de foco. Opondo-se à ideia de que a independência peruana fora concedida “*desde fora*” em seu artigo intitulado “El mito de la independencia concedida” –, argumentou que não devemos generalizar a inatividade de Lima a todo o vice-reino. A autora sublinha que a região sul-andina, que incluía também o Alto Peru, foi um grande foco de mobilização anticolonial, onde os *criollos* tiveram protagonismo, atuando ao lado de lideranças indígenas, surgindo ali uma *Junta de Gobierno* antes mesmo da rebelde Buenos Aires. Contudo, O’Phelan reconhece que a definitiva emancipação do vice-reino foi decidida numa etapa posterior, de escala continental.

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: gutoburattini@uol.com.br. ORCID: 0000-0003-1788-3519.

² Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: lucaspaesrett3@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2883-2557.

Portanto, como usual em todos os campos de debate historiográfico, na independência peruana, há disputa sobre o tamanho do protagonismo do Peru no próprio processo emancipatório, mas dois fatos que parecem inegáveis são: a colaboração ativa de três proeminentes figuras da independência americana, San Martín, Bolívar e Sucre e a importância continental do mesmo para a libertação da América.

Conforme artigo de Rafael Dias Scarelli (2021), a independência do Peru pode ser dividida, em linhas gerais, em dois momentos: (i) o processo liderado por San Martín, em setembro de 1820, que culminou, após algumas reuniões com o novo vice-rei, José de la Serna, no abandono de Lima pelas tropas realistas e na mudança da capital para Cusco, antiga capital inca incrustada na cordilheira andina; e (ii) a intervenção de Bolívar e as batalhas travadas contra as forças realistas remanescentes.

"Para Marcos Cueto e Carlos Contreras (2013, p. 54), essa decisão de abandonar Lima, aparentemente contraditória, justificava-se pela compreensão de que era na região andina onde se concentravam a maior parte da população do vice-reino e as importantes minas de prata. Desse modo, o teatro de operações militares seria transferido para a *sierra* peruana, estendendo-se pelos três anos subsequentes". (pg.72)

Com o caminho livre, as forças de San Martín puderam facilmente entrar em Lima, em cuja praça principal o general rio- platense proclamou a independência do Peru, em 28 de julho de 1821. Contudo, a atuação de San Martín, convertido em *Protector del Perú*, ao longo do ano seguinte até abandonar o país em setembro de 1822, abriu espaço para questionamentos que, àquela altura, debilitaram os consensos ao redor de sua figura.

Os questionamentos à figura de San Martín giram em três eixos principais. Segundo Dias Scarelli (2021), o primeiro seria a defesa da monarquia, contrariando os interesses republicanos, o segundo seria a postura de seu assistente, o tucumano Bernardo Monteagudo, que promoveu exílios e desapropriações contra os espanhóis peninsulares em Lima, e, por fim, a incapacidade dos exércitos sanmartinianos de derrotar por completo as forças realistas no país.

"Finalmente, em face de sua decisão de abandonar o Peru, entregando seu cargo ao Congresso Constituinte recém-eleito, o que mergulharia o país no caos até a chegada de Bolívar, abrindo espaço para a contraofensiva realista, que chegaria a reocupar Lima." (pg.72)

A participação de Simón Bolívar e posteriormente de Sucre na emancipação

peruana são amplamente descritas na biografia escrita pela jornalista Marie Arana (2015), utilizando-se sobretudo de cartas trocadas pelo general com os seus mais diversos destinatários. Arana (2015) apresenta um Bolívar extremamente consciente e preocupado com a questão do Peru, dada a importância real e simbólica que o território tinha para as pretensões emancipatórias e o projeto político ideal do general com seu sistema de confederações. No dizer de Francisco Doratioto (1995): “(...) O maior idealizador e defensor de um projeto político unificador para a América hispânica foi Simón Bolívar” (pg.33).

A participação direta do general no país andino ocorre após o fim do *Protectorado de San Martín*, o Congresso Constituinte aceitou todas as condições de

Bolívar para socorrer o Peru, outorgando-lhe poderes ditatoriais para lutar contra os realistas.

Diversos confrontos são travados contra os realistas nos anos subsequentes, com vitórias importantes para Bolívar e suas tropas, mas os dois principais conflitos ocorreram nas batalhas de Junín e Ayacucho, com descreve Arana (2015):

A Batalha de Junín foi cruenta e rápida, travada inteiramente com espadas e lanças. Não se disparou nenhum tiro, não se despendeu nenhuma bala de canhão. O terrível silêncio era pontuado somente pelo barulho do aço contra aço, de madeira contra madeira, do eventual toque de clarim, do patear dos cavalos, dos grunhidos dos homens, dos lamentos dos feridos. (pg.336)

A “brilhante escaramuça de Junín”, como o próprio Bolívar referiu-se à batalha



posteriormente, teve um forte efeito psicológico dos dois lados, a vitória dos libertadores fez os peruanos questionarem a já comprovada farsa da invencibilidade de seu generais, além disso, a injeção de ânimo dada aos emancipadores embora não possa ser mensurada quantitativamente, inquestionavelmente motivou ainda mais as ambições emancipatórias.

A batalha que sela a vitória dos libertadores contra as tropas realistas é travada em Ayacucho sob o comando do jovem Sucre que, logo após a bem sucedida campanha militar, escreve para Bolívar: “A campanha do Peru está terminada” e “sua independência e a paz da América foram assinadas neste campo de batalha”. Nos conta Arana (2015): “(...) Com Ayacucho, a Espanha seria alijada das terras da América para sempre. Era como Yorktown, como Waterloo. Com um único e restante triunfo, toda a América do Sul seria livre”.

A continuação a bem sucedida campanha de libertação peruana não se desenvolveu da maneira que o general pretendia, Dias Scarelli(2021) mostra que:

Para além das disputas territoriais, instalou-se no Peru uma resistência às ideias bolivarianas consideradas autoritárias, plasmadas na chamada *Constitución Vitalicia*, que o general havia esboçado para

o novo Estado boliviano e que chegou a entrar em vigor no Peru em dezembro de 1826. (pg.73)

Mesmo com um espaço constante de disputa na historiografia e na memória peruana, a participação de Bolívar na independência do país e suas concepções políticas continuaram a existir no imaginário intelectual e popular do Peru e do continente, figura central dos movimentos de libertação do início do século XIX, o general Simón Bolívar deixou um legado indiscutível que se confunde até hoje com a história da América hispânica.

Referências Bibliográficas

Arana, Maria; Bolívar: o libertador da América - Três Estrelas- São Paulo - 2015
Dias Scarelli, Rafael; O Peru entre dois generais: San Martín e Bolívar no imaginário nacional peruano até o Primeiro Centenário (1821-1921) - Revista USP - São Paulo -n. 130 - 2021.



Manuela Sáenz e a omissão da história como violência de gênero

Por: Christiane Manolio Valladão Flores¹

Amante, louca, ninfomaniaca, adúltera, messalina, estéril, filha de origem espúria, guerrilheira, revolucionária, exilada, feminista, Libertadora del Libertador, La Generala, La Coronela, La insepulta de Paita. Sobram adjetivos e substantivos para personificar, e muitas vezes reduzir, Manuela Sáenz de Thorne (1797-1856) na historiografia, na literatura, em reportagens ou até mesmo numa busca rápida por seu nome na internet.

Uma das protagonistas dos movimentos de independência da América espanhola tinha sua história ignorada pela maioria de seus contemporâneos e ainda hoje, séculos depois de sua morte, sobram preconceitos para esta mulher que desperta ódio ou amor e, muitas vezes, é reduzida pelas narrativas literárias e historiográficas como amante de Simón Bolívar. Um olhar patriarcal que a coloca no lugar de coadjuvante na luta pela emancipação das colônias e que promove na memória coletiva não só o apagamento de sua participação nesse processo, que começa antes mesmo de conhecer Bolívar, como cala a importância da convergência dos projetos de libertação nacional e de libertação das mulheres, um pioneirismo de movimentos feministas latino-americanos. Percebe-se assim uma violência de gênero, ao ser imposto um discurso de poder que tira o protagonismo das mulheres na história, atribuindo o papel de submissas e passivas no lugar de lutadoras e transformadoras. Os processos de emancipação colonial e de formação nacional traziam sonhos muito além dos objetivos da elite *criolla* – classe social à frente deles, que almejava conquistar o poder político. Como afirma a historiadora Michelle Perrot, "na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres".²

O nome de Manuela e de outras mulheres estiveram relegados aos esquecimento até o final do século XIX. Com pesquisas mais abrangentes, na metade do século XX, surge uma corrente que toma Manuela como heroína da independência, contemplando a imagem da mulher movida pela

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: christianeflores@uol.com.br. ORCID: 0000-0002-4191-7371.

² Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1988, p 166

paixão e também líder revolucionária à frente do seu tempo. São lançados textos e biografias célebres que a tornam mais conhecida, como *Manuela Sáenz: la Libertadora del Libertador* (1944), do historiador equatoriano Rumazo González, *Las quatro estaciones de Manuela* (1952), do explorador, antropólogo e historiador estadunidense Victor Wolfgang von Hagen, e *La Insepulta de Paita* (1961), do escritor chileno Pablo Neruda.

Mesmo importantes para trazer à luz sua história, ainda assim, têm traços do reducionismo de Manuela que existe enquanto extensão de Bolívar. Nem ela e muito menos outras mulheres que também tiveram importante participação nesse processo conseguiram o feito de aparecer tal qual Bolívar e outros homens considerados heroicos, como San Martín³. São silêncios e esquecimentos que se manifestam na história. No século XXI, com pesquisas de gênero mais aprofundadas e o Bicentenário da Independência, Manuela vai ganhando mais biografias, romances e protagonismo, além de ser vista como precursora do feminismo na América Latina.

Sua história para além da História



Manuela Sáenz, ou Manuelita para os íntimos, nasceu em 1797, em Quito, já fora dos padrões morais da época. Seu pai, Simón Sáenz Vergara, era um espanhol endinheirado que engravidou uma solteirona de meia idade de proeminente família *criolla*. Manuela foi parida em segredo e entregue para ser criada por freiras por sua mãe, que morreu seis anos depois. O pai, que mantinha o convento com boas somas de dinheiro, acaba por assumir a paternidade e levar a filha para sua casa, para viver com sua família.

³ José Francisco de San Martín y Matorras foi um general argentino e o primeiro líder da parte sul da América do Sul que participou ativamente dos processos de independência da Argentina, do Chile e do Peru.

Ainda na infância, vivenciou o movimento que em 1809 destituiu o presidente da Real Audiência⁴ e formou a primeira Junta Soberana de Governo⁵, que foi reprimida. Em 1817, porém, Manuela foi obrigada a se enquadrar naquilo que se esperava de uma mulher: casou-se com um homem de posses, 20 anos mais velho, o armador inglês James Thorne, numa união arranjada por seu pai. O casal muda-se para Lima e lá floresce a Manuela revolucionária, que já estava em construção. Começa a atuar com as forças peruanas pró-independência, lideradas pelo general San Martín, inclusive fazendo reuniões em sua casa. Manuela torna-se uma das principais ativistas da causa e quando o Peru finalmente consegue sua liberdade, recebe a condecoração com a ordem de “Caballereza del Sol”, dada pelo próprio San Martín, que cria esse prêmio para homenagear patriotas destacados. Sua inserção no mundo revolucionário acontece antes de sua história com Bolívar.

Antimonarquista, atuou como espiã, mensageira e recrutadora, como outras mulheres que aderiram à causa na época. Já estava mais do que claro que seu envolvimento com a libertação das colônias espanholas movia sua vida.

Em 1822, volta a Quito, com a desculpa de visitar o pai, porém, com o objetivo claro de participar dos preparativos para a Batalha do Pichincha⁶, e é nessa ocasião em que conhece Bolívar. O laço que se estabelece entre eles a partir de então não era apenas amoroso, mas sobretudo político. Os dois compartilhavam o sonho de integrar os territórios libertados em uma confederação de estados, a Grã-Colômbia, para que tivessem independência e soberania. Manuela começa a ganhar protagonismo na luta: é incorporada ao Estado-Maior bolivariano, sendo responsável pelos arquivos da campanha libertadora, e inicia a carreira militar ingressando no exército: primeiro como húsar (soldado de cavalaria ligeira), depois torna-se “Capitão” na Batalha de Junín⁷ (1824)

4 A Real Audiência de Quito foi uma unidade administrativa do Império Espanhol o qual possuía jurisdição política, militar e religiosa sobre territórios que hoje incluem o Equador, partes do norte do Peru, sul da Colômbia e norte do Brasil.

5 A Primeira Junta de Governo Autônoma de Quito foi um governo executivo na Província de Quito, que deu início ao processo revolucionário que se estendeu até 1812.

6 A Batalha de Pichincha ocorreu em 24 de maio de 1822, no sopé do vulcão Pichincha, a mais de 3 000 metros de altitude, nos arredores da cidade de Quito, Equador.

7 A batalha de Junín foi um combate militar da Guerra de Independência do Peru, travado nas montanhas da região de Junín em 6 de agosto de 1824.

e, em seguida, na Batalha de Ayacucho⁸ (1824) é elevada a “Coronel”, encorajando a criação da República da Bolívia (1825). Só depois de sua morte que ascendeu ao posto de General da Divisão do Exército Nacional Bolivariano (2007). Em 1827, com a destituição dos poderes bolivarianos no Peru, é presa e obrigada a deixar o país e, no ano seguinte, vai para Bogotá ficar ao lado de Bolívar, durante o período em que ele foi presidente da Colômbia.

Libertadora do Libertador

Em Bogotá, Manuela salva Bolívar de um atentado, capitaneado pelo vice-presidente Francisco de Paula Santander, com quem Bolívar vinha tendo discordâncias políticas e desejava assumir seu posto. O episódio ocorre em 25 de setembro de 1828, no Palácio de San Carlos, residência presidencial, segundo relato da própria⁹:

Era cerca de meia-noite quando os cães do Libertador começaram a latir, e houve um ruído peculiar, que deve ter sido a luta com as sentinelas, mas não houve tiros. Despertei o Libertador, e a primeira coisa que ele fez foi apanhar uma espada e uma pistola, e tentar abrir

a porta. Detive-o, fiz com que se vestisse, o que fez com calma, mas depressa. Disse: “Bravo! Bem, aqui estou eu vestido. O que fazer, agora? Fecharmo-nos aqui dentro?” Tentou abrir novamente a porta, mas eu o impedi. Lembrei-me então de algo que ouvira o General dizer: “Você não disse ao Pepe Paris que aquela janela servia para uma ocasião como esta?”, perguntei-lhe. “Tem razão”, respondeu ele, e dirigiu-se para a janela. Impedi que saísse imediatamente, porque havia gente passando; mas ele o conseguiu quando já estavam longe, e exatamente no momento em que arrombavam a porta no aposento contíguo. Fui ao encontro deles, para dar-lhe tempo de fugir. Não pude, porém, vê-lo saltar, nem tive tempo de fechar a janela. Tão logo me viram, perguntaram: “Onde está Bolívar?” Disse-lhes que estava numa reunião, pois foi a primeira coisa que me ocorreu. (TREND, J. B., 1965, p. 175-176).

Enquanto o Libertador fugia pela janela, Manuela afrontava seus conspiradores e era torturada e arrastada pelos corredores do Palácio, mas permanecia afirmando que o presidente estava numa reunião e não havia fugido. Graças ao feito, ganhou o nome de Libertadora del Libertador, dado pelo próprio Bolívar. Mesmo tal ato heroico é menosprezado até os dias atuais. Na janela do Palácio de San

8 A Batalha de Ayacucho foi o último grande enfrentamento armado entre as campanhas terrestres das guerras de independência hispano-americanas e significou o fim definitivo dos vice-reinados na América espanhola. A batalha aconteceu no Pampa de la Quinua, em Ayacucho, no Peru, em 9 de dezembro de 1824

9 Trecho de transcrição de texto documental onde Manuela Sáenz descreve atentado contra Bolívar no Palácio Presidencial de São Carlos.

Carlos, por onde Bolívar escapou, há um texto em latim inscrito numa placa fixada abaixo da mesma, com os dizeres: “Detente espectador, un momento, y mira la vía de salvación del Padre y Libertador de la Patria, Simón Bolívar, en la noche nefanda de septiembre. Año de 1828”¹⁰. O nome de Manuela? Sequer aparece. Uma apagamento histórico.

O que muitos dividem, Manuela somava. Tinha dois amores ao mesmo tempo, sendo fiel a ambos: a luta pela independência e Bolívar. Em 1830, acontece a renúncia e o exílio de Bolívar, e Manuela não segue com ele, segue com sua luta, permanecendo na capital colombiana para tentar reconduzir o companheiro ao poder. Isto, contudo, não acontece. Bolívar morre de tuberculose e Manuela é vítima de campanhas difamatórias e de perseguição política e é banida da Colômbia. Depois de um breve período de exílio na Jamaica, tenta retornar ao Equador, mas não consegue chegar a Quito porque teve seu passaporte revogado pelo então Presidente Vicente Rocafuerte e decide instalar-se em Paita, cidade afastada do litoral peruano, onde morre em 1856, de difteria epidêmica, cercada pela pobreza, solidão, depressão e pela angústia do isolamento político. Seu corpo foi sepultado em vala comum e seus pertences queimados por

questão sanitária, entre eles as cartas de amor que recebeu de Bolívar e documentos importantes da Colômbia que guardou até o seu último suspiro.

Seus restos mortais foram simbolizados por uma pequena arca contendo uma porção de terra de Paita e percorreram Peru, Equador, Colômbia e Venezuela até chegar em Caracas, onde foram depositados num sarcófago ao lado dos restos mortais de Bolívar no Panteão Nacional. Lá, o governo venezuelano ergueu o monumento chamado de *Rosa Roja de Paita*, uma escultura de aço de 14 metros em formato de flor. Bela, mas ínfima perto da grandiosidade do mausoléu do Libertador. Isso fez parte da campanha *Manuela Vuelve*, impulsionada pelos quatro países, embalados pelas comemorações do Bicentenário da Independência, em 2010. A ideia era reforçar que os amantes agora ficariam juntos e ela seria finalmente colocada no posto de heroína ao lado do herói.

Muito além de Bolívar

Sobre Manuela ainda pesa a manipulação historiográfica. Bolívar não foi apenas o seu amor, mas também a possibilidade para que ela tivesse protagonismo histórico.

¹⁰ Trecho da inscrição original em latim, aqui traduzido para o espanhol, por Fundación Empresas Polar.

Esse apagamento é uma construção histórica patriarcal da imagem heroica de Bolívar, que não teria espaço para dividir o holofote com uma mulher, como aponta o historiador Victor Wolfgang von Hagen:

Quando Simon Bolívar foi metamorfoseado em semideus... Manuela Sáenz, segundo os historiadores, teve de abrir caminho para o mito. Todos os detalhes de sua vida foram oficialmente suprimidos, os documentos que a mencionavam desapareceram e seus últimos vinte anos foram vividos na obscuridade em Paita. E então, para completar a imolação, quase todas as emocionantes cartas de amor que ela trocou com Bolívar foram destruídas após sua morte durante a epidemia da difteria. Por mais de meio século, os historiadores mantiveram o seu acordo de cavalheiros - Manuela nunca foi mencionada¹¹ (VON HAGEN, 1952, p. 302, traduzido pela professora Rosane Cardoso¹²).

Segundo a pesquisadora Rosane Cardoso, em 1883, no centenário de nascimento de Bolívar, o governo da Venezuela organizou uma obra sobre o Libertador, mas os trechos que colocavam Manuela ao lado do

herói foram suprimidas, sob a alegação de que tais aventuras diminuiriam a imagem do Libertador¹³.

Por isso, é sempre necessário lembrar de Manuela e tantas outras "Manuelas" que fizeram parte desse processo de construção de uma nova América. Nesse ambiente revolucionário, as mulheres sonhavam não só com a libertação da pátria, mas também com sua própria libertação, uma revolução social. É necessário lembrar de mulheres de distintos grupos étnicos e sociais que, na campanha libertadora, desafiaram a hierarquia das relações de gênero, criaram rotas de fuga, organizaram reuniões conspiratórias, abrigaram fugitivos, ajudaram a propagar as novas ideias, atuaram como espiãs e mensageiras, participaram de protestos, colaboraram com a imprensa, ajudaram com recursos materiais, deram suporte aos exércitos libertadores, e até ingressaram nas tropas, mesmo sendo humilhadas, agredidas e mortas. É necessário lembrar de Manuela, uma mulher que larga o marido em busca de suas paixões:

11 Trecho do original: *How then did all the early records escape biographers?*, no livro *The Four Seasons Of Manuela: a Biography. The Love Story of Manuela Sáenz and Simón Bolívar*. New York: Duell, Sloan & Pearce Co., 1952, p 302. Victor Wolfgang von Hagen (1908-1985) era um explorador estadunidense, antropólogo, historiador, arqueólogo e memorialista.

12 Rosane Maria Cardoso, Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil), professora na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

13 *As biografias de Manuela Sáenz: Um embate de memórias, vozes e discursos*, em Letrônica, Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, em 7 de abril de 2020, p 4.

a luta pela independência e o amor por Bolívar. De uma mulher que entra para o exército, pega em armas, cavalga e comanda homens. De uma mulher que não tinha medo de escândalos. Se na sociedade atual tais predicados ainda chocam, imagine para a sociedade do início do século 19.

A história de Manuela e das mulheres ainda está em construção porque precisam ser descobertas, lembradas, visibilizadas e respeitadas. Para que o apagamento não se perpetue, devemos ter em mente o que escreve Michelle Perrot:

"As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história" (PERROT, 1988, p. 193).

Referências Bibliográficas

- PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1988, p 166 e 193.
- VON HAGEN, Victor W. The four seasons of Manuela: a biography. The love story of Manuela Sáenz and Simón Bolívar. New York: Duell, Sloan & Pearce Co., 1952.
- TREND, J. B. *Bolívar e a Independência da América Espanhola*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p. 175-176.
- ARANA, Marie. *Bolívar: o libertador da América*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.



Heresias no Novo Mundo: Mecanismos e atuação da Inquisição Espanhola na América

Por: Alice Cavalheiro Barbosa¹ e Luiza Martins Veras²

As raízes da Inquisição Espanhola tem ligação com o caráter multi-étnico e multi-religioso da sociedade que formava os reinos espanhóis durante os últimos séculos da Idade Média e os primeiros da Idade Moderna. Entre a sociedade espanhola, coexistiam comunidades judaicas, cristãs e muçulmanas. Entretanto, no fim do século XV houve a centralização do poder espanhol e a unificação dos reinos de Castela, Leão e Aragão através do casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela formando a monarquia espanhola. Os diferentes povos que habitavam o reino da Espanha deveriam agora estar unificados.

Ao longo do século XIV, os pedidos de restrições às atividades judaicas foi aumentando paulatinamente, judeus sefarditas eram constantemente acusados de causarem problemas aos cristãos e de usurparem posições de poder que deveriam ser do direito de cristãos, e que resultará posteriormente na criação dos chamados *Estatutos de Limpeza de Sangue*, onde para determinados cargos e posições, a pessoa deveria apresentar uma comprovação que era de uma linhagem “pura”, ou seja, sem ligações genealógicas aos judeus, muçulmanos, ou pagãos, por exemplo. Isso acarretava muitas vezes na exclusão dos chamados cristãos-novos³ de determinadas esferas do serviço público e da sociedade no geral.

Dentre as regiões em que judeus eram especialmente acusados de causarem infortúnios pode-se destacar Castela, Navarra e Aragão. Em 1391, 4.000 judeus foram mortos em Sevilha num massacre antijudeu. Como solução para os massacres, que eram cada vez mais frequentes, muitos procuraram o batismo, entretanto, numerosos judeus também optaram por continuar seguindo a própria fé, por considerarem a religião cristã idólatra, e estarem agarrados a sua própria fé, grande

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: alicecavbar@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-9231-1751.

² Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: luizamveras@outlook.com . ORCID:0000-0003-3873-3966.

³ Na Península Ibérica, era como eram chamados os judeus sefarditas e muçulmanos convertidos a força ao catolicismo.

parte destes acabaram sendo perseguidos e mortos.

A sociedade espanhola podia agora ter a sua parcela de pessoas ligadas ao judaísmo organizada da seguinte maneira: os resistentes, que se salvaram dos massacres e que continuaram sob a fé judaica; os que haviam se convertido para se salvar, mas que continuaram ligados às práticas judaicas, esses podiam ser chamados de “conversos” e, por fim; os que se converteram e se tornaram cristãos convictos. Os “conversos” também eram chamados pejorativamente de “marranos”⁴.

No decorrer do século XV, os reinos espanhóis passaram por uma série de dificuldades políticas e econômicas e, os responsáveis pela direção da sociedade decidiram ocultar sua responsabilidade sobre as crises e localizar a causa dos problemas nos judeus, em especial nos acusados de serem os “cripto judeus” ou seja, aqueles “judaizavam” às escondidas. Em 1449, em Toledo, houve então, um massacre contra os “conversos”, que foram mortos ou removidos das corporações profissionais. Esses indivíduos passaram a

ser sempre alvos de suspeitas e a ficarem à margem da sociedade, não podendo mais ocupar cargos de importância social.

Quando Fernando e Isabel se tornam monarcas introduzem uma série de medidas restritivas contra os conversos e judeus, dessa maneira, garantem o apoio do clero para a consolidação do reino espanhol. É importante ressaltar que os bens confiscados daqueles acusados enriqueciam os cofres do Tesouro Real espanhol.

No dia 1 de novembro de 1478 o papa Xisto IV autorizou a nomeação de inquisidores em Castela, em 1483, também autorizou a instalação do Tribunal em Aragão, Catalunha e Valência.

Os judeus convertidos recentemente ao cristianismo, ou seja, os cristãos-novos eram os mais perseguidos e mortos pela Inquisição. É importante ressaltar que a Inquisição não perseguia os adeptos de outras religiões, mas apenas os católicos acusados de praticarem heresias. Para Anita Novinsky: “segundo o cronista dos reis católicos André Bernaldes, entre os anos 1481 e 1488 mais de 700 conversos foram queimados e mais de 5.000 foram presos e

⁴ Uma possível explicação para o termo “marrano” está na sua ligação com o vocábulo “porco”, por isso, “marrano” tem ligação com a lei judaica que proíbe que os judeus consumam a carne suína. Os marranos são conhecidos atualmente também como “B’nei anussim” (em hebraico), que significa em português “filhos dos forçados”, e se refere aos descendentes dos convertidos à força.

penitenciados” (NOVINSKY, 2007, p.36). Entretanto, os “conversos” não eram os únicos perseguidos pela Inquisição Espanhola, o Tribunal do Santo Ofício também julgou e condenou sodomitas, mouriscos e bígamos.

Para compreendermos como funcionou a Inquisição na América Espanhola, precisamos observar não somente os sujeitos inquiridos e suas práticas acusadas, mas também o funcionamento hierárquico dos funcionários que agiam em nome do Santo Ofício, e a organização e divisão política dos tribunais por todo o território que correspondia ao que conhecemos como a América Espanhola.

Era de suma importância o Santo Ofício estar presente nas possessões coloniais espanholas, pois nesse momento, para evitar cisões e manter o controle metropolitano, era muito importante a centralização. Dentro dessa centralização, entrava não somente a unidade da doutrina religiosa, mas também a do idioma utilizado, por exemplo. Com a presença da Inquisição, eles conseguiam manter esse controle, e analisar o quão compenetrada estava a religião católica dentro da população.

Também é importante ressaltar a atuação

das ordens religiosas para possibilitar essa unidade, com os dominicanos e jesuítas. A presença dos católicos na América por si só colaborou diretamente para a assimilação cultural dos nativos americanos, fazendo com que muita da herança cultural original fosse perdida, e a católico-europeia fosse imposta. As relações de poder entre metrópole e colônia que se submetem a Espanha e a América acarretam na aculturação dos povos indígenas, que é um dos elementos que favoreciam a dominação.

Diferentemente do que faziam os seus vizinhos ibéricos na América Portuguesa, que não instauraram tribunais inquisitoriais no Brasil, e atuavam por meio das chamadas “visitações”, os espanhóis tinham três tribunais presentes e atuantes em território americano: os de Lima (1570), México (1571) e Cartagena das Índias (1610), e que atuavam nas respectivas regiões circunscritas. As demais regiões eram inspecionadas pelos comissários e familiares, a cargo do Santo Ofício.

O cargo do comissário era em geral ocupada por um eclesiástico, enquanto o familiar poderia ser qualquer membro da sociedade, sendo então a rede de familiares extremamente extensa e capitalizada.

Esses funcionários colaboravam para a coleta de denúncias e a manutenção da atmosfera de controle dentro da sociedade colonial hispânica. Mas mesmo antes desse período já existia atividade inquisitorial na América, porém de maneira descentralizada, ocorrendo por meio dos bispados com a autorização do inquisidor-geral na Espanha,

por meio de uma Inquisição Delegada (ALMEIDA, 1990, p. 54).

Em síntese, o processo inquisitorial se desenrolava de maneira sistematizada, por meio de um regimento interno. Era recebida a denúncia, depois realizava-se a prisão, geralmente junto ao confisco dos bens.



Esperava-se do réu a confissão, que era a condição para a salvação de sua alma. Nessa confissão, o réu geralmente deveria indicar mais nomes de pessoas envolvidas em dada prática herética, para que a máquina inquisitorial continuasse a funcionar. Não denunciando, a confissão era considerada incompleta, e eram realizadas as mais diversas torturas para que conseguissem obter alguma informação, que fosse verdadeira ou não. Depois da confissão era decretada a pena do réu, que geralmente era o cumprimento de um auto-de-fê, mas poderia também ser o degredo ou a pena de morte.

A Inquisição na Espanha foi abolida durante a dominação de Napoleão, mas quando Felipe VII recupera o poder sobre a Espanha e Inquisição é também retomada, findando apenas em 1834, na América Espanhola, a atuação da Inquisição teve o seu fim pouco antes, o Tribunal de Lima foi abolido em 1820, o de Cartagena em 1821 e o do México apenas com a derrota do absolutismo espanhol. O historiador dinamarquês Gustav Henningsen e o historiador espanhol Jaime Contreras realizaram uma pesquisa pelas listas de processos enviadas pelos tribunais locais ao Supremo Conselho e compilaram estatísticas sobre os números de casos julgados e de

execuções pela inquisição na América Espanhola no período de 1540 a 1700. Sendo 2.825 o número total de casos notificados e 72 o número de execuções na América Espanhola. Entretanto, a pesquisa de Henningsen e de Contreras não inclui execuções realizadas antes da criação do Tribunal que oficializava a Inquisição na América. Portanto, pode-se concluir que o número de execuções realizadas pela Inquisição é ainda maior.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. B. R. **A Inquisição como instrumento de poder da Igreja na América Espanhola.** Dimensões – Revista de História da Ufes, Vitória, v. 1, p. 38-58. 1990. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2619>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália-Séculos XV-XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A inquisição.** São Paulo: Editora brasiliense, 2012.

SARAIVA, A. J. **Inquisição e cristãos-novos.** Porto: Editorial Inova, 1969.



Entre D. Pedro I e Simón Bolívar: o histórico formativo da América portuguesa e espanhola no contexto dos processos de independência

Por: Alexandre Fayrdin Bellintani Filho¹

Fatores internos e externos

No que concerne aos fatores exógenos no terreno independentista hispano-americano, vemos dois principais fatos de cunho político-administrativo que nortear-se-ão de modo subsequente o delineando físico característico do território das antigas colônias espanholas, além das tendências econômicas e influência nos setores sociais, são eles, respectivamente, a abertura dos portos coloniais por Madri aos encarados países neutros, em 1797, e a abdicação de Fernando VII, monarca espanhol, forçado por Napoleão Bonaparte em 1808. Tais eventos significariam, em suma, o contato das correntes que não só compactuavam com o ideal de independência como também já os experienciaram, além dos processos cruciais para o início de uma autonomia política hispano-americana, localizadas no seio das juntas de governo.

Já no cenário luso americano de independência, em relação aos fatores externos, recobramos com a devida relevância novamente uma dupla ocorrência. Primeiro, a adesão rítmica do Brasil à Revolução Liberal de Portugal em 1820, que significaria em instância inicial, uma mudança administrativa quando da conferência de elevação do status de capitanias para o de províncias brasileiras, agora podendo estas serem atribuídas de autonomia, elegendo seus representantes, desde que declarada sua adesão às Cortes Gerais, sendo o Grão-Pará, o primeiro a recepcionar tal medida, em 1º de janeiro de 1821, além claro,

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: alefayrdin69@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-5975-3387.

dos fatos decorrentes instalados e desenvolvidos em solo brasileiro posteriormente, os quais nos deteremos com maior propriedade no momento das correlações internas da independência. E, em segundo lugar, temos a Lei Bill Aberdeen datada de 1845 e, em seguida, a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que visavam “barrar” o tráfico negreiro. Estando a Grã-Bretanha como centro condutor destas

políticas legislativas de transparência abolicionista (mas em verdade, de caráter comercial e liberal), sua influência recaía no Brasil quando da necessidade deste último do reconhecimento da então potência inglesa de sua independência perante a Corte Portuguesa, para além de sua importância para com a comunidade internacional.



Já nos meandros endógenos dos processos de independência tanto na América espanhola quanto na portuguesa, em ambas, observamos o embate das classes dominantes e seus componentes populacionais de estratos mais baixos como expoentes nesta teia formativa e histórica neste contexto, como precursoras e forças motrizes principais, basta-nos registrá-las e inseri-las em seus devidos “papéis” no processo. No eixo americano espanhol, vemos como elites os chamados *criollos* e *caudillos*, onde desempenhavam papel fundamental como articuladores socioeconômicos nas independências políticas de cada nação emergente, dentre eles, vale destacar, a Venezuela e a Argentina, por exemplo, e um integrante da elite *criolla* envolvido em seus processos de forma notável, Simón Bolívar. Já na questão da América portuguesa, vemos as elites dominantes (como grandes e pequenos proprietários de terra e comerciantes) e articuladores da própria administração luso-

brasileira, notabilizada a figura de exímia importância e efetiva participação de José Bonifácio, concomitantemente com o príncipe regente, D. Pedro I.

As determinantes conjunturais gerais, Simón Bolívar e D. Pedro I

Como já explicitado anteriormente de forma sucinta, nas determinantes conjunturais históricas relativas (ou gerais), vemos a predominância das chamadas elites *criollas* e *caudillos*, além das classes mais baixas, como forças que compunham tal embate para com a independência. *El Libertador*, inclusive, provinha da elite *criolla*, este, era homem culto, conhecia, por mais que tenha passado um bom período longe (mais especificamente na Europa), a América. Nascido em 24 de julho de 1783, em Caracas e tendo falecido em 17 de dezembro de 1830, acometido de enfermidades, sua vida fora marcada pela luta ferrenha para a libertação das antigas colônias espanholas, por conta

dele também, surgiria o “pan-americanismo”, o Congresso do Panamá e, enfim, o seu marcante esforço e forma nas independências hispano-americanas.

Agora face a D. Pedro I e as circunstâncias da independência neste mesmo contexto, observamos os aspectos de um saber notável, na imagem de José Bonifácio, um dos principais articuladores políticos na independência, conselheiro do príncipe regente no Brasil, além de ser adepto cada vez mais a um liberalismo e a fazer parte da maçonaria, uma outra articuladora da independência, que agiu com destreza e vigor. Os grandes proprietários de terras e igualmente grandes comerciantes, mas os pequenos também, todos estes, apoiavam a permanência de D. Pedro I, principalmente para fazer permanecer os privilégios obtidos pela chegada da Família Real ao Brasil em 1808 e tudo o que significou e se modicou na estrutura física, administrativa e, também demográfica, no *status* e exercício político e econômico daqueles que viviam aqui. D. Pedro I e José Bonifácio estruturaram diversos arranjos para uma posterior independência política de modo, devemos ao menos admitir, perspicaz, no sentido de conduzirem os processos emergentes e se colocarem e fazerem de modo a não derramar demasiado

sangue, além de manter seus domínios territoriais quando da Proclamação da Independência e o processo de consolidação dela. A isto, recobremos um pouco tal audácia e percebamos uma discrepância e um entendimento plausível da possível formação brasileira perante a América espanhola, quando José del Pozo nos coloca a saber que “o caso mais patente de continuidade com o passado foi o do Brasil. O processo foi facilitado pelo fato de se tratar de uma emancipação que envolveu menos ações de armas do que na América espanhola, deixando para as novas autoridades o mesmo território que antes pertencera a Portugal” (POZO, 2009, p.51).

É evidente que isto não explica o mantimento territorial unitário brasileiro *per se*, mas é componente interessante para se entender, além dos outros fatores como a já posicionada destreza nas figuras de D. Pedro e José Bonifácio na condição dos acontecimentos, a diferença formativa da América portuguesa para a espanhola que, inclusive, possui um ideário e lutas de classe talvez mais intensas nesta última, no meio tempo de formação independente, entre os chamados centralistas e federalistas, projeção de ideais de reflexo perceptível e importante na conjuntura histórica independentista. Vale expor, enfim, a

dissonância perspectiva Entre D. Pedro I, em trecho da Carta de Jamaica, quando vemos o olhar de *El Libertador* para com o conceitualismo e entendimento do mesmo a respeito de uma república, suas implicações e sua refutação ao estabelecimento de uma monarquia, “M. de Pradt sabiamente dividiu a América em quinze ou dezessete Estados independentes entre si, governados por outros tantos monarcas. Estou de acordo com a primeira parte, pois a América comporta a criação de dezessete nações; quanto à segunda, embora seja mais fácil consegui-la, é menos útil; sendo assim, não sou da opinião das monarquias americanas” (apud BELLOTO e CORRÊA, 1983, p.85).

Considerações finais

Considera-se, por conseguinte, que todos os aspectos abordados e aferidos analiticamente no presente artigo, englobam influências exteriores e interiores que permeiam e perfazem considerável parte processual e histórica nos acontecimentos decorrentes do contexto independentista latino-americano, somando-se a isto, vemos também as forças políticas e socioeconômicas e sua intrínseca relação com as figuras centrais aqui tratadas, sendo elas, Simón Bolívar e D. Pedro I. Demonstra-se aqui, então, a elaboração de

um quadro comparativo e explicativo de modo a fazer elucidar e compreender melhor as especificidades de cada processo de independência e do que fora envolto, quem, como e, porque tais elementos contribuíram de determinada forma, ampliando e não esgotando, assim, o seio de discussão acadêmica ou em outras áreas que procurem se deter sobre a pauta em questão.

Referências Bibliográficas

POZO, José del. O Processo de Independência. In: História da América Latina e do Caribe. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1hM-B7u4i7OJ7UScxhXbr5xhV4z7jt4ED/view?usp=drivesdk>>. Acesso em: 10 de abril de 2022

ARANA, Marie. Nos Sopés dos Vulcões; No Império do Sol; Época de Enganos. In: Bolívar: o libertador da América. São Paulo: Três Estrelas, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oC-yjMz6ZZ94MIRtJFhj_O_yJMnlHsrn/view?usp=drivesdk>. Acesso em: 16 e 24 de abril e 1 de maio de 2022

MARX, Karl. Bolívar y Ponte. In: Simón Bolívar por Karl Marx. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16jXUHNyFzZLb_Ezofh0RVWRERfGetmKc/view?usp=drivesdk>. Acesso em: 8 de maio de 2022

DORATIOTO, Francisco. A Desintegração da América Espanhola Independente. In: Espaços Nacionais na América Latina. Da utopia bolivariana à fragmentação. São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1z_wlKkV5AnPkys-pgtdGz-DrBPHyNbbv/view?usp=drivesdk>. Acesso em: 15 de maio de 2022

PRADO, Maria Ligia. O caudilhismo e o Estado Nacional. In: A formação das nações latino-americanas. São Paulo: Atual Editora,

1994. Disponível em: <https://www.scribd.com/document_downloads/direct/377363802?extension=pdf&ft=1653269990<=1653273600&show_pdf=true&user_id=471563315&uahk=tgkd0gJIFWWC846EcbtA-PliAsE>. Acesso em: 19 de maio de 2022

PIVIDAL, Francisco. Dos Américas; Panamericanismo. In: Bolívar: *Pensamiento Precursor del Antiimperialismo*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la Republica, 2006. Disponível em: <<http://www.aviacion.mil.ve/wp-content/uploads/2020/04/BOLIVAR-PENSAMIENTO-PRECURSOR-DEL-ANTIMPERIALISMO-FRANCISCO-PIVIDAL.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2022

PRIORE, Mary Del. Ventos de Mudança. In: As vidas de José Bonifácio. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. Recurso Digital. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/gp/aw/d/B07NXBYWPK?psc=1&ref=ppx_pop_mob_b_asin_title>. Acesso em: 21 de maio de 2022



O LÍDER MILITAR, O LIBERTADOR: BOLÍVAR

Por: Rafael Wassall Corrêa¹

Símon Bolívar, filho da elite *criolla*, ficou órfão de seus pais muito cedo, sendo assim, criado por seu tio. Criado em Caracas, em meio a uma diversidade étnica enorme, onde imperava a desigualdade e o abuso do poder colonial. Em sua vida, se dedicou a ser um guerreiro, um militar, um grande líder, que tinha o sonho e a ambição de livrar a América dos colonizadores e fazer com que o Continente fosse unificado em uma só Confederação.

Suas habilidades na guerra eram notáveis. Em sua grande motivação de estabelecer na América uma federação unificada, teve que partir em direção a guerra diversas vezes. Ele, de fato, sempre alimentou a guerra contra o colonizador espanhol e centralizou o poder e as tomadas de decisões, em si próprio. Bolívar, sem sombra de dúvida, era um estudioso da arte bélica. Para ele, entender afundo, tudo sobre o território, o qual ele fosse libertar, era primordial. Em sua jornada como general, sem dúvida, ele foi bastante vitorioso. Como um líder militar, Bolívar, fazia muito uso da diplomacia, instruindo seus militares a pulso firme, dificilmente colocando sua integridade física em risco. Ele possuía uma enorme soberba que pairava o seu ser, onde quer que ele fosse. Sua arrogância o acompanhava em batalhas. Ele queria ser visto como um grande líder popular, sempre quis transparecer ser um jovem general perspicaz, que jamais teria sua supremacia questionada.

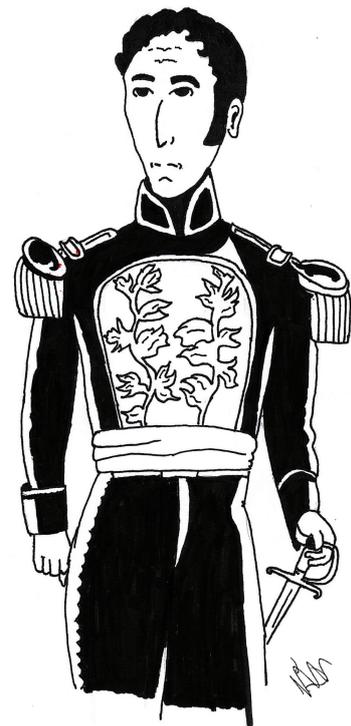
A guerra, para Bolívar, as batalhas que levava aos países da América Latina, sempre tiveram um objetivo claro: livrar a América do colonizador. Bolívar sempre teve como intenção, travar uma guerra total contra o colonizador. Era isso que o motivava. Isso que fazia com que a vida fizesse sentido, para ele. Ele encarava essa missão como um verdadeiro propósito de vida, o qual, ele dedicaria toda ela para realizá-lo. Ele tinha em mente que todas as Repúblicas desde a Venezuela até a Argentina tinham de ser defendidas, a todo custo, pois caso houvesse um “elo fraco”, poderia, esse, ser a ruína de toda a federação. Isso, sem dúvida, era a essência de toda a sua teoria revolucionária e que poderia ser explicada

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: rafaw00@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-8477-979.

em duas palavras: atacar e unir. Ou seja, fica claro que Bolívar iria levar a guerra onde quer que fosse, para poder defender o seu sonho. Pois ele acreditava que, somente assim, a América poderia viver sem a presença do colonizador. Ele era um Líder capaz de levar o seu exército para a guerra, mobilizar milhares de soldados durante quilômetros, apenas para manter viva, sob punhos fortes, a “união” da sua grande confederação.

Bolívar, sempre foi um verdadeiro diplomata, tinha a habilidade de manejar seus generais e fazer com que eles cumprissem suas ordens. Ele possuía uma certa flexibilidade na guerra, sua maestria em saber separar a hora de fazer uso da cordialidade e da força, realmente, era para poucos. Habilidades que, apenas pessoas que possuíam um grande exército e um grande território, sob seu comando, poderiam desenvolver. Porém, Bolívar era único, ele queria ser único, não queria ser posto de lado. Mesmo batalhas que seus generais ganhassem, a glória devia ser destinada apenas ao grande libertador. Bolívar era o grande libertador, a grande figura que tirava por meio da força todos os colonizadores do território latino americano, afinal, era para isso que ele vivia, foi para isso que ele foi criado, não poderia ser outra

pessoa. Claro que ao estudar sobre Bolívar, é notável seu autoritarismo, e a forma centralizadora com a qual ele liderava suas tropas. Porém, devesse sempre questionar a necessidade de suas ações. Ele não agiria de outra forma, ele estava levando a guerra em troca da liberdade, a qual, também deve ser questionada. Qual liberdade queria Bolívar? Que tipo de liberdade ele estava levando para a América? São essas e muitas outras perguntas que devem ser feitas, ao questionar e analisar a figura militar de Bolívar.



Liderar tropas foi sempre a vocação de Bolívar, mas por outro lado, mesmo ele sendo um excelente diplomata, a política não lhe atraía tanto quanto travar batalhas.

Ele era um soldado. O destino dele estava sempre apontado para o campo de batalha ou um quartel. Como um líder militar que centraliza o poder e as ações da Confederação em suas decisões, é esperado que a política, em de fato, governar, seja uma das vocações de um líder, como Bolívar era. Ele entendia que não era o magistrado que a república necessitava, seu objetivo era cumprir sua missão e impor sua Constituição diante toda a confederação. Dessa forma, Bolívar acreditava, que seria o único jeito da América seguir com as próprias pernas.

Porém, mesmo que o desejo dele fosse, se manter apenas no campo militar, não seria assim que iria acontecer, na realidade. O seu fardo era muito grande. Ele não poderia apenas deixar sua grande Confederação nas mãos de outras pessoas, ele tinha que tomar as rédeas oficialmente. A liberdade que Bolívar sonhava para a América era que, em um grande Continente unificado, centralizado em uma Constituição, institucionalizada por ele, e com a antiga elite colonial dominante sendo expulsa, a América passaria a seguir com as suas próprias pernas. Essa liberdade, não abrangeria cem por cento da população. Uma nova elite dominante assumiria as rédeas: a elite *criolla*. Analisando

profundamente, Bolívar estava liderando um exército, que estaria expulsando uma elite opressora, para colocar no poder uma outra elite que comandaria a nação de maneira autoritária.

Bolívar não se preocupava com as classes inferiores como deveria se preocupar. Por exemplo, ele torna livre a classe escrava, porém não é dada condições necessárias para os escravos constituírem suas vidas. Algo que Karl Marx, criticava em Bolívar, era que ele não se engajava no debate da luta de classes. Bolívar pensava que apenas com o expurgo total dos colonizadores do poder, e a tomada do poder por sua classe, que também representava uma elite, traria a tão sonhada liberdade para a América. Dessa maneira surge nessa camada da sociedade, a figura do grande herói, o grande líder militar, representado por Bolívar. Ele vai se tornar um verdadeiro mito para essa sociedade. Essa imagem, Bolívar quis construir.

Com certeza, foi algo pensado. Bolívar era um líder de extrema inteligência. Ele usou disso a seu favor. Para justificar seu autoritarismo e a centralização do poder, ele utilizou essa figura do grande libertador, o Herói. Bolívar, representava uma pequena parcela da sociedade. E ao analisar a figura militar de Bolívar é impossível ignorar esse

fato. Vale ressaltar que, a Constituição que ele cria é essencialmente centralista, uma decisão que pode ser comparada a algo ditatorial. Claro que ao analisar um fato histórico, toda comparação deve ser no mínimo muito bem elaborada. Bolívar, sendo um líder, não agradou a todos. Suas decisões não foram cem por cento aceitas, mesmo dentro de seu círculo de amigos, mesmo em seu círculo de militares próximos, até aqueles que o ajudavam nas expedições.

Bolívar, sempre gostou da bajulação, sempre lhe agradava ser recebido de maneira a ser ovacionado nas cidades que estava libertando, assim como festas e encontros entre líderes. Como líder, ele queria ser comparado a Napoleão Bonaparte. Na arte ele fazia questão de ser retratado, com uma notável semelhança à aparência de Napoleão. Até mesmo na maneira de se vestir. Porém, o que mais lhe interessava era a maneira como ele era visto. Além das aparências físicas, ele queria ser comparado a Napoleão a partir das conquistas militares, ele queria ser lembrado como aquele que, com os seus feitos na América latina, pudesse ser equivalente ao imperador francês.

Não há dúvidas da importância de Bolívar para a História da América Latina. É

impossível negar a importância de seus feitos para a História da política da América Latina. O que vai decorrer a partir das suas ações, reflete até hoje na sociedade latino-americana. A figura militar de Bolívar será sempre lembrada e sempre causará discussões. Para a história e o historiador, Bolívar deve ser analisado de maneira geral, nunca deve analisado apenas de um ponto de vista, deve-se olhar para a totalidade e profundidade de suas ações, somente assim, é possível entender a importância de Bolívar para a América Latina e como isso reflete na atualidade. Analisar o passado para entender o presente. Dessa forma, e somente dessa, pode-se entender uma sociedade de maneira completa e profunda.

Referências Bibliográficas

- ARANA, Marie. *Época de Enganos*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- MARX, Karl. Bolívar y Ponte. *In Simón Bolívar por Karl Marx*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BELLOTO, Manoel Lelo, CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Bolívar e a Luta pela independência da América: Ação e Pensamento Político* In: Bolívar São Paulo: Ática, 1983.



Duas visões para a América: O Libertador Simón Bolívar e o Império do Brasil (1819 – 1830)

Por: Cassiano Arruda Câmara Neto¹

Na geopolítica da América Latina, o Brasil ocupa um espaço peculiar de ser uma nação lusófona, relativamente isolada de seus vizinhos hispânicos pela geografia e concentração populacional na costa. Mesmo no mundo contemporâneo, em iniciativas como o Mercosul ou a Unasul, o papel brasileiro de grande potência regional com na liderança de um bloco latino-americano é prejudicado devido à sua identidade nacional mais distante e de difícil integração regional se comparado à antiga América espanhola. E essa dificuldade pode ser traçada desde as primeiras interações entre Brasil e seus vizinhos como nações independentes, em especial a emblemática figura de Simón Bolívar e seus planos panamericanos.

O Brasil, em suas primeiras décadas como nação independente, foi uma monarquia governada pela dinastia de Bragança, a mesma de Portugal. Seu processo de emancipação política em relação à metrópole colonial causou pouca mudança na estrutura social vigente, um aspecto propositalmente elaborado pelas elites brasileiras que desejavam a separação de Portugal como maneira de defender seus interesses, mas não estavam dispostos a sacrificar seu *status* e poder. O novo Império do Brasil assegurou reconhecimento de sua independência com rapidez, em 1825, em troca de uma série de concessões econômicas e simbólicas, mantendo laços com as cortes europeias e forças do tradicionalismo no Ocidente.

O líder revolucionário Simón Bolívar, conhecido pelo título de Libertador, surgiu da classe crioula de Caracas. Como objetivo principal de sua campanha através da América do Sul, buscou quebrar completamente o poder espanhol que dominava a região havia séculos. Em seu lugar, buscou implementar uma república de caráter liberal e burguesa, em essência garantindo aos crioulos o controle completo do poder político. Chegou a escalonar o conflito contra os peninsulares a ponto de decretar a execução de qualquer espanhol que permanecesse

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: cassianoarrudacamaraneto@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2788-6529.

leal à metrópole nos momentos mais sangrentos da guerra. O reconhecimento final da coroa espanhola da independência de suas ex-colônias americanas viria muitas décadas depois, quando Bolívar já estava morto. Em sua visão política de integrar toda a América em uma entidade política capaz de fazer frente ao tradicionalismo europeu, que se impunha mundialmente após a derrota de Napoleão Bonaparte e do Congresso de Viena.

Esses fatores determinaram a impressão inicial do Libertador em relação ao governo brasileiro, assim como a gradual progressão desse relacionamento em um estado mais cordial. Desde a realocação da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, as diversas autoridades hispano-americanas identificaram o Brasil como potencial ponto de partida para uma reconquista castelhana da região. A mulher do então príncipe regente, futuro rei de Portugal Dom João VI, era Dona Carlota Joaquina, irmã do rei da Espanha Fernando VII. Sua presença representava um constante risco de as forças portuguesas atentarem alguma conquista local sob a justificativa de instaurá-la como soberana legítima da América espanhola. O conturbado relacionamento dela com seu marido impediu que esses projetos tomassem forma, mas o rei ainda assim

aproveitou a situação caótica das fronteiras para expandir seus domínios até o rio da Prata, em um território chamado de Cisplatina. Bolívar tomou nota dessa ação e escreveu sobre a ameaça de reforços realistas provindos da América portuguesa.

Após o peculiar processo de independência brasileiro, o Libertador de início encarou o governo imperial como um sucessor direto do império português no continente, mantendo muitos dos mesmos interesses dinásticos. Na Europa, a Santa Aliança (Áustria, Prússia e Rússia) realizava suas primeiras ações de “policiamento” contra movimentos liberais inspirados na Revolução Francesa, e Dom Pedro I era, afinal de contas, casado com a filha do imperador Habsburgo e filho de uma princesa espanhola. Como presidente da república da Colômbia (hoje denominada Grã Colômbia), Bolívar se mostrou receoso de incluir o Estado brasileiro em seu megaprojeto americano, chegando a não convidar o governo tupiniquim para o Congresso do Panamá, a grande culminação de suas ideias de integração das nações que surgiram durante as guerras de independência. O império era tido como potencial agente das cortes europeias contra a unidade americana.

O governo brasileiro, por sua parte, buscou se distanciar dessa imagem e buscar algum grau de integração e cooperação com seus vizinhos republicanos e falantes de espanhol. Figuras como o chanceler brasileiro e o patriarca da independência, José Bonifácio, se pronunciaram a favor de uma confederação para fins defensivos entre as nações sul-americanas. O verdadeiro teste

de confiança entre Bolívar e Dom Pedro veio durante a libertação da Bolívia. Um dos governadores da antiga região do Alto Peru, da província de Chiquitos, requisitou proteção do imperador do Brasil contra o exército liderado por Sucre. Quando esse pedido chegou ao Rio de Janeiro, foi rapidamente negado e usado como gesto de boa fé pela cooperação entre vizinhos. A questão pendente da Cisplatina, uma disputa direta entre o Brasil e a América espanhola,



foi resolvida graças à arbitragem britânica em 1828. Bolívar via o Reino Unido como um aliado na luta pela libertação da América da Espanha, e quando o Brasil se posicionou como um aliado inglês na região o Libertador reduziu suas ressalvas em relação ao império vizinho.

Mesmo com suas divergências ideológicas em relação ao republicanismo, Bolívar reconheceu na Constituição imperial de 1824 muitas estruturas políticas que aprovava e tentava implementar em seu próprio território, como um governante vitalício por aclamação popular, um Estado unitário com o poder centralizado na capital e no chefe do executivo e ideias liberais como liberdade religiosa e de imprensa. Apesar de omitir o Brasil da lista de convidados ao Panamá, foi convencido mais tarde a estender a cortesia ao governo de Dom Pedro. Esse por sua vez não participou ativamente das deliberações do congresso, mas o fato de sua presença em um evento panamericano ter sido requisitada por muitas figuras próximas a Bolívar como essencial para a criação de uma ordem estável e longa exemplifica a aproximação desses dois universos ao

mesmo tempo tão distintos e tão semelhantes que habitam a América Latina.

O estabelecimento de relações amistosas conclui essa revisão das relações interamericanas na época de Bolívar, que faleceu em 1830 após enfrentar forte oposição interna contra o seu governo e abdicou de seu posto de ditador um pouco antes de Dom Pedro I fazer o mesmo em 1831. É de grande importância o estudo dessas relações bilaterais para determinar os caminhos futuros a se seguir na política regional de integração.

Bibliografia:

- GUIMARÃES, Argeu. Bolívar e o Brasil, Edição fac-similar, Rio de Janeiro, 2017.
- ALEIXO, José Carlos Brandi. Simón Bolívar e o Brasil. R.C.P., Rio de Janeiro, 1983.
- CAMPOS, Raul Adalberto de. Relações diplomáticas do Brasil de 1808 a 1912. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1913.
- VIEIRA DE MELLO, Arnaldo. Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata (Da questão de Chiquitos à Guerra da Cisplatina). Rio de Janeiro, Olímpica, 1963.



O CAUDILHISMO SUL-AMERICANO

Por: Gabriel Paes Tavares Silva¹

Observando uma fase histórica da América Espanhola, encontramos os traços do caudilhismo, o governo pessoal e absoluto de certos indivíduos que ao se tornarem dirigentes políticos, são financiados e sustentados por um sistema econômico baseado na posse de grandes latifúndios. É essa a estrutura governamental comandada pelo caudilho, que favoreceu as ditaduras nos séculos XIX e XX.

Foram frequentes na América do Sul as ditaduras dos caudilhos, que ora as impunham, ora simplesmente governavam seus países com o apoio popular incondicional. Eram em sua maioria ricos, influentes, proprietários de terras, e muitas vezes, militares que haviam participado nas lutas de independência.

A figura do caudilho impõe sua liderança, sendo carismático e autoritário, expressando em seu governo os interesses de uma elite da sociedade, e por vezes das massas populares. Se aproveitam do caos em que se encontrava a sociedade tomando o poder através da força. Tinham apoio do exército, ou criavam suas milícias. Populistas, os caudilhos recebiam não só apoio dos camponeses, mas também das classes sociais mais altas, entre elas os donos de terras e comerciantes que tinham interesse na volta da ordem, assim os apoiavam para então voltarem a prosperar e assegurarem seus privilégios.

Os governos caudilhistas se desenvolvem após a independência das colônias espanholas, durante um tempo de forte instabilidade. O desaparecimento da autoridade da metrópole deixou um vazio de poder que era difícil ser preenchido, pois as elites estavam enfraquecidas devido a desarticulação econômica, política e social. Assim, depois da independência, houve uma tentativa da centralização do poder pela subordinação de pequenos caudilhos em torno de um caudilho central que era representante da unidade nacional dos novos estados independentes. Mas devido à instabilidade nas regiões e as elites se enfrentando

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: gabrielpaests@gmail.com . ORCID: 0000-0003-4281-9949.

para assumir o poder, não foi possível se obter sucesso com a total centralização nacional, que facilitou a justificativa da tomada total de poder pelos caudilhos mais fortes, populares e influentes.



Havia uma disputa entre as elites mercantis, que tinham o poder do estado, com o intuito de juntar todo poder econômico em suas mãos e as elites oligárquicas, que tentavam defender suas riquezas e seu poder regional. Devido à instabilidade econômica houve um aumento de confronto entre as elites que disputavam o que “sobrava da economia”, e assim como

resultado da disputa entre centralismo e federalismo ocorreram diversas guerras civis que apenas tiveram fim em 1870, sendo estas disputas decisivas para a fragmentação territorial e a formação das fronteiras atuais.

Nota-se um “movimento cíclico” onde um grupo no poder era logo ameaçado por outro grupo que, em torno de um novo líder popular, e em nome da liberdade, tomava o poder, através de golpes.

Havia quatro tipos de caudilhos:

- Independentistas: que surgiram com o movimento e guerra de independência entre 1810 e 1824;
- Populares: surgiram entre as hordas turbulentas de milícias ou entre as massas mais esquecidas;
- Políticos: com base popular de onde aparecem, mas logo se convertem verdadeiramente em caudilhos políticos;
- Intelectuais: puramente políticos, com notável formação para governar e organizar estados.

Como exemplos de caudilhos na América do Sul, podemos citar: Na Argentina observa-se a ditadura do caudilho Juan Manuel de Rosas, que governou com pulso firme, mas não conseguia resolver o conflito entre Buenos Aires e as províncias

do interior além de ter de resolver questões fronteiriças com os países vizinhos; No Brasil, apresenta características de caudilho o presidente Getúlio Vargas, populista, tomou poder por golpe militar. governou por decretos leis, e centralizou o poder político tendo o governo mais longo da história brasileira; Na Bolívia, o caudilho Mariano Melgarejo foi o presidente com mais tempo no cargo, conquistando o poder num golpe de estado; No Chile, durante o governo de Bernardo O'higinns houve um período de conflitos civis e instabilidade política, mas com a chegada ao poder de Diego Portales que estabeleceu as bases para a criação de uma república estável, e mesmo após sua morte em 1837 seus seguidores conseguiram recuperar o poder, depois o Chile se tornaria um dos países com mais estabilidade da região; Na Colômbia, os grupos conservadores assumiram o controle do país e criaram um estado centralista que se manteriam no poder até o fim do século XIX; No Equador, todo o território foi controlado pelo militar Juan José Flores entre 1830 e 1845; No Paraguai, o ditador José Gaspar de França implantou uma política onde o Estado controlava a economia desde as terras e produção ao

comércio exterior. Criou um governo onde não havia espaço para desordem social, era uma mistura de um grande benfeitor e um caudilho muito severo; No Peru, de início houve um grande crescimento econômico, mas devido à queda de exportações surgiram diversos problemas que deram espaço a criação de diversos governos militares que desestabilizaram a região; Na Venezuela, ocorreram muitos enfrentamentos entre caudilhos, como Rose Monegas e Rose Antonio Páez.

Outro exemplo na Venezuela, porém mais atual, foi o presidente Hugo Chaves, que enquanto governou apresentou todas as manifestações de um verdadeiro caudilho. Não há dúvida que conhecer a figura do caudilho e dos governos caudilhistas é muito importante para entender a história política da América Latina, pois ao longo dos séculos XIX e XX muitos líderes políticos latino-americanos tiveram as mesmas características dos caudilhos, sendo líderes carismáticos, autoritários e acima das instituições, compartilhando a sua fé de que apenas eles poderiam ser os “salvadores da pátria”.



Urbanização na América Espanhola

Por: Haline Victoria dos Santos¹

As cidades latino-americanas obtiveram um funcionamento de pensamento social, sendo a mesma, considerada um imaginário intelectual e político, as mesmas nasceram das relações econômicas dos respectivos países. Por este fator, se destacam alguns aspectos da construção urbana colonial, sendo uma delas, uma série de portos, cidades litorâneas e cidades conectadas obrigatoriamente com algum porto, no qual, foram cruciais na manutenção do sistema político colonial.

A Urbanização na América espanhola, como já abordado anteriormente, ocorreu em torno das relações econômicas dos colonizadores, todavia, nos países pertencente a Espanha, a extração de metais preciosos foi crucial para o desenvolvimento urbano, uma vez que, a extração mineral estimulou o desenvolvimento de uma economia urbana, a realização dessa economia gerou núcleos urbanos. Especializados em atividades comerciais, exportação e inter-regionais, e industriais, tornando assim, uma colonização urbana, que foi de extrema importância para o desenvolvimento social das cidades e vilas espanholas, no qual, resultou, no programa de fundações das cidades, sua estratégia básica.

Um fator fundamental para a compreensão do urbanismo hispano-americano, se deu no prolongamento de normas e regras de urbanização no início da colonização espanhola na América. Na segunda metade do século XVI, respectivamente em 1573, Felipe II promulgou, a "Las Leyes de Índias"², no quais, circunstanciam numerosas prescrições a respeito do traçado e da edificação urbana e regularização fundiária. As cidades fundadas pelos espanhóis no continente americano obedecem geralmente a uma planificação rigorosa. Esta legislação cobre tópicos como: forma urbana, disposição da praça principal e das praças secundárias, a localização do templo principal e dos edifícios, localização do templo principal e dos edifícios

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: haline.victoria321@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2110-5242.

² políticas, jurídicas, comerciais e de lazer da cidade colonial, conhecidas como plaza de armas. Outro aspecto é o religioso, sob o signo da fé católica, as igrejas seriam os organismos arquitetônicos que contagiaram simbolicamente os espaços adjacentes.

governamentais. As plantas urbanas segundo Las Leyes de índias, deveriam possuir uma Praça principal. Templo. Casa do Governo. Praça Secundária. Cuadrado secundário. Plaza Secundária. Avenida Periférica. Templo, Convento, Escola. Arcadas (Recovas). Na área comercial vermelha. Hospital. Terras Agrícolas (Chácaras, Quintas). Câmara Municipal. Câmara do Conselho. Alfândega. Estaleiro. Lote. Este fato fez com que as cidades hispânicas obtivessem traços em comum.

Todavia, embora houvesse uma legislação para edificação do espaço urbano, as cidades hispano-americanas resultaram em variados modelos. Entre eles, os modelos clássico, regular, irregular e o radial. No entanto, diversos núcleos urbanos possuíram os seus traçados refeitos e regularizados anos depois. Como podemos observar, as cidades hispânica, continha uma preocupação com a simetria, sendo a mesma aplicada nos mínimos detalhes (mesmo anteriormente as Leyes de índias) como podemos observar na cidade de Cusco (imagem 1) antiga capital do Império Inca, que mesmo sendo construída pelos incas com pontos estratégicos, o território foi desconstruído pelo dominante, isto é, os espanhóis reconstruíram a cidade com a arquitetura europeia.

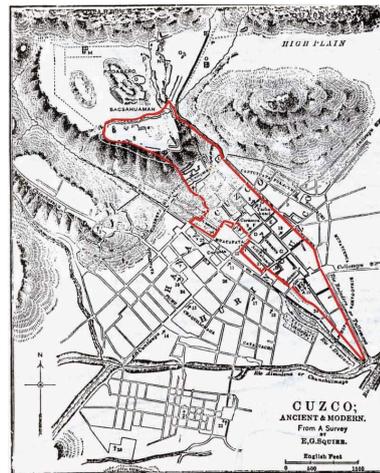


Imagem 1 : Mapa da cidade de Cusco, localizada nos Andes peruanos, nos Andes peruanos, antiga capital Inca, atualmente conhecida por vestígios da arquitetura colonial espanhola.

Outro fator referente à arquitetura na América espanhola, segundo o Arq. Miguel Angel VIGLIOCCO. A cidade indiana refletida neles era composta por quatro zonas: o centro cívico, composto pela praça principal e os edifícios públicos pertencentes à autoridade política e espirituais que a cercam; a área urbana com quadras quadradas ou retangulares, conforme o caso, dividido principalmente em quatro parcelas cada, sede das famílias; as áreas das quintas e de fazendas para o sustento das anteriores. As quatro zonas mencionadas constituíam o Ejido urbano, limite comum do governo local.

Entretanto, as capitais administrativas obedeceram ao traçado da quadrícula (tal qual, representava uma tendência natural) nessas condições o

espaço das praças era invariavelmente definido antes de sua fundação, e todos os seus lados deveriam ter igual importância; Contudo o ponto focal, onde era construída a igreja, acabou por transformar este no lado mais importante. Como podemos observar na cidade de La Plata, localizada na Argentina (imagem 2) onde podemos claramente analisar as características das cidades espanholas no novo mundo, em que as cidades são formadas, a partir do centro, por quarteirões quadrados ou retangulares, e a praça central é obtida pela supressão de um desses quarteirões.



imagem 2 ;Cidade de La Plata, localizada na capital da província de Buenos Aires, Argentina. Conhecida por seu planejamento urbano, arquitetura quadriculada, grande cultura e uma identidade forte

Porém, as cidades hispânicas continham outros aspectos, entre todos eles, o mais evidente é a presença de uma praça conhecida por vestígios da arquitetura colonial espanhola, como se pode observar

conhecida por vestígios da arquitetura colonial espanhola, como se pode observar na Plaza de Bolívar, (imagem 3) na Colômbia. Concentrava as estruturas arquitetônicas que simbolizavam funções religiosas,



imagem 3; Plaza de Bolívar, localizado em Bogotá, Colômbia. cercada por uma catedral e importantes edifícios, foi um antigo mercado público e espaço para touradas, atualmente serve para realização de diversos eventos culturais e sociais.

Referências Bibliográficas

- GOMES, M. A. A. F., org. Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e Constituição do campo, 1920-1960 [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 298 p. ISBN 978-85-232-0926-1. Available from SciELO Books
- SCHÜRMAN, ETINA. URBANIZAÇÃO COLONIAL NA AMÉRICA LATINA: CIDADE PLANEJADA VERSUS DESLEIXO E CAOS. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol.7, n° 1/2, 1999.
- Gorelik, Adrián. Tradução de Fernanda Arêas Peixoto. A produção da “cidade latino-americana”, pp. 111-133. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1.



A Dieta da Mesoamerica

Por: Luiz Felipe Fagundes Berrilli¹

A base da alimentação mesoamericana era o milho (também conhecido pelo seu nome nativo de *maize*), uma planta que foi domesticada pela população que habitou onde hoje seria o sul do México a cerca de 4600 anos atrás. Por volta de 1200-1500 BCE essas mesmas populações inventaram o processo de *nixtamalização*, no qual se submerge os grãos de milho em uma solução alcalina, facilitando assim a absorção de suas proteínas e vitaminas pelo corpo humano aumentando seu valor nutritivo.

Os Maias e Aztecas que suplantaram essas populações também tinham a base de sua dieta composta pelo milho, algo que refletia em sua cultura. Em histórias da criação Maia os deuses criaram a humanidade do milho, sendo a planta assim, tão respeitada quanto a vida. Podem se traçar paralelos entre a importância religiosa do milho para os povos da América central, e o trigo para os povos europeus, já que compõe a base da alimentação europeia e também na forma de pão tem importância religiosa como corpo de Cristo.

Os ingredientes originários da Mesoamérica não eram limitados ao milho, feijões, chiles, chocolate, tomates, abacates, abobrinha e diversas frutas, o milho e os feijões juntos constituíam uma proteína completa (similar ao arroz e feijão no Brasil atual), sendo assim a dieta da América não menos nutritiva que outras dietas baseadas em proteína animal. Mesmo com o Peru ou outros pequenos animais estando disponíveis e consumidos antes da chegada europeia à América central, não era um componente importante da cozinha Mesoamericana até a chegada dos espanhóis que trouxeram o porco e o gado.

Até a chegada dos espanhóis, o processo de *nixtamalização* e outras comidas-chaves do sul Mesoamericano (chiles, feijões, abobrinha) haviam gradualmente se espalhado na região hoje correspondente ao norte do México/ sul dos Estados Unidos. No entanto essa dieta dos povos do norte não era idêntica à dos povos do sul, seja pelo estilo de vida diferente desses

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: hueluof@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8759-1928.

povos, que compreendem sedentários mais parecidos com os do sul, mas também semi-sedentários e nômades, ou por diferentes opções na dietas como a caça de veados e plantas do clima árido (agave, feijão de algaroba).

A chegada dos espanhóis, como esperado, influenciou a dieta Mesoamericana. Não apenas com a introdução de novos alimentos vindos da Ásia, África e Europa como; porco, gado, lentilhas, frutas cítricas, cebolas, arroz, açúcar e beringelas, mas também pela divisão de classes estabelecidas pelos espanhóis. Os Espanhóis, *Criollos* e *Meztizos* (de classe alta) comiam uma mistura de culinária européia e ameríndia, enquanto os de classe mais baixa uma dieta mais parecida com a original.

Cada região mexicana acabou tendo suas diferenças, a região do norte se destaca no entanto. Ela não recebeu a mesma atenção que as regiões centrais mais ricas e populosas, assim os colonizadores, que tinham sido introduzidos a culinária das regiões centrais, quando isolados voltaram a se basear na cozinha espanhola, sendo o resultado tortilhas de trigo e comidas menos picantes. Fazendo também fronteira e, após a guerra mexicano-americana, parte dos Estados Unidos, tendo a dieta suprimida por esses norte americanos, utilizando argumentos raciais para classificar a dieta Norte Mexicana como inferior, algo que durou até o século XX, onde médicos ainda afirmavam que as comidas vindas desses imigrantes mexicanos eram insalubres.

Outro fator proeminente é a divisão da sociedade Rural entre, as plantations, com fim comercial que plantavam açúcar, trigo, café e bananas, e o *campesino*, que eram comunidades de indígenas e *Meztizos* com fim de subsistência, e que plantavam os alimentos básicos ameríndios. Esses dois grupos regularmente entravam em confronto em disputas por terras, água e outros recursos.

Referências Bibliográficas

- Freedman, Paul, Joyce Chaplan, and Ken Albala, eds. *Food in Time and Place: The American Historical Association Companion to Food History*. Oakland: University of California Press, 2014.
- Bourges, Héctor y José M., and Alejandro Bengoa O'Donnell, eds. *Historia de la nutrición en América Latina*. Panama: Sociedad Latinoamericana de Nutrición, 2009.
- Janer, Zilkia. *Latino Food Culture*. London: Greenwood, 2008.
- Carney, Judith, and Richard Nicholas Rosomoff. In *the Shadow of Slavery: Africa's Botanical Legacy in the Atlantic World*. Berkeley: University of California Press, 2009.



Aristocracia espanhola pela ótica da *Décadence*

Por: Gabriel Ramires S. S. Augusti¹

Constituída no final do século XV, a Espanha enfrentou duas grandes mudanças drásticas, a unificação de seu território na região ibérica e sua chegada às américas em 1492. Os conceitos originados, numa narrativa posterior aos fatos, demonstram que o esplendor, é na realidade a *décadence*, compõe um imaginário saudoso de um passado distante, no qual seria glorioso, se não fosse igualmente trágico e lamentável.

Retomando á questões morais e trazendo em evidência o “nascimento da tragédia”, este artigo vai trabalhar conceitos de Nietzsche no trecho do Capítulo: Centralização Monárquica: Antinomia entre o “Político” e o “Econômico” de Yvone Dias Avelino no livro “Mercadores-banqueiros na conjuntura comercial da América dos Áustrias”, compondo assim, categorias de análises sobre a Aristocracia espanhola.

Os Espanhóis

A região ibérica, durante a idade média, se dividiu em diversos reinos e ducados, tanto de cristãos quanto dos mulçumanos, com poderes locais e descentralizados entre si. Isto foi um cenário que proporcionou uma abertura para qualquer um que quisesse centralizar o poder, a construção de um reino que unisse a todos seria difícil, mas o caminho estava em aberto. No primeiro trecho a ser analisado da Avelino representa como esses caminhos seriam traçados:

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: gsoares.augusti@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-8795-7168.

Encadeamentos de fatores regularam e compassaram o processamento do sistema da centralização monárquica em Espanha. O aumento dos domínios senhoriais, adquirindo os governantes lentamente novos territórios por compras, casamentos ou conquistas guerreiras, e estabelecendo-se o princípio da primogenitura, contribuiu sobremaneira para a unidade peninsular espanhola. Ademais, à medida que se ultimava a Reconquista cristã de terras e águas, decaía a belicosa cavalaria medieval, que se transformava, cada vez mais acentuadamente, numa fidalguia palaciana.

De fato, que o principal agente responsável por unificar a parte espanhola foram os cristãos, que se sobrepõem aos vizinhos muçulmanos e militarmente ocupam suas terras, e os expulsam. Tal movimento dado como “Reconquista”, de territórios que antes eram ocupados pelos mais variados povos, não predominado pelos cristãos, ou seja, a Reconquista é apenas a ideia de uma unidade territorial que não existia, mas passou a existir depois que fora ocupada por um agente militarista, mesmo que o termo tenha sido cunhado séculos depois dos acontecimentos.

Este movimento de unificação, começa a aparecer na Europa ocidental em torno das unidades territoriais cristãs, que para se constituírem como poder hegemônico instituem o chamado Estado Nacional:

O fenômeno não é apenas espanhol. Ele se encontra, semelhante e contemporâneo, em seu incremento político e em sua propagação idealista, na Europa Ocidental e cristã, comprovado com o aparecimento de outros estados modernos, Portugal, França e Inglaterra.²⁸

Nesta formação de uma nova organização social ibérica, nascem novas lideranças, que no caso será a de Castela, mesmo estando fragilizada, consegue se manter de forma hegemônica quando a Aristocracia Castelhana se une com a Aristocracia Aragonense. Mesmo parecendo algo bem estável, até mesmo seu vizinho, Portugal colocará em questão esta unificação.

Cinco anos após esse enlace matrimonial, em 1474, morreu Henrique IV de Castela. Isabel, sua irmã, apresentou-se, apoiada por grande parte da nobreza castelhana, como pretendente à Coroa, em detrimento de sua sobrinha, D. Joana, havida por filha adúltera, e cujo partido o Rei de Portugal, Dom Afonso V, sustentava na esperança de, casando-se com ela, constituir o único Estado Moderno peninsular. A Batalha de Toro, em 1476, assegurou o trono à Isabel. Três anos depois, em 1479, com a subida de Fernando, por morte de seu pai, ao trono de Aragão, a centralização monárquica deu começo à existência política do reino de Espanha.³⁰

Deste evento, origina-se a Espanha, que assim como muitos outros Estados Nacionais serão estruturas de poder que ainda se basearão em relações feudais, seja pela religiosidade ou pela divisão das classes sociais. O que trará movimentos de pensadores, os Iluministas, questionarem ou justificarem as várias formas de poder correlacionadas com a sociedade e as Aristocracias.

Sobre a reflexão feita neste artigo, será do questionamento não só da legitimidade aristocrática, mas também da crítica ao pensamento nietzscheniano em torno do conceito de *décadence* e a própria manutenção deste modelo de sociedade, assim também sobre a consideração do que seria uma degeneração do ponto de vista de um questionamento do poder.

A Décadence, Aristocracia e Nietzsche

Originado pela crítica ao Sócrates, passa para crítica ao Cristianismo e termina na racionalidade, a *décadence* ou seres *Décadents* está naquele que questiona as relações de poder através da dialética, segundo Nietzsche. “O Problema de Sócrates”, capítulo do *Crepúsculo dos Ídolos*, que em meio á ofensas, xingamentos e categorias desprovidas de qualquer estrutura de verdade, será dito:

“Com Sócrates, o gosto grego muda em favor da dialética: o que realmente acontece aí? Sobretudo, um gosto *nobre* é derrotado; a plebe ascende com a dialética. Antes de Sócrates, as maneiras dialéticas eram repudiadas na boa sociedade: eram consideradas maus modos, eram comprometedoras. Prevenia-se a juventude contra elas. Também se desconfiava de quem apresentasse suas razões dessa maneira. Coisas honestas, da mesma forma que pessoas honestas, não levam suas razões assim nas mãos. É indecoroso mostrar todos os cinco dedos. Aquilo que primeiro precisa ser demonstrado não vale grande coisa. Em todo lugar em que a autoridade ainda faz parte dos bons costumes, em que não se ‘fundamenta’, mas se ordena, o dialético é uma espécie de palhaço: as pessoas riem dele, não o levam a sério. – Sócrates foi o palhaço que se fez levar a sério: o que realmente aconteceu aí?”

Para Nietzsche o questionamento de uma autoridade da nobreza, é o fim de uma sociedade, uma terrível ação que culminará na desgraça da ascensão da temida “plebe”. Isso será considerado uma *décadence*, um ser *Décadent*. Então seguindo esta lógica, Don Afonso

IV é um *Décadent*. Mas não está em questão se isso ascenderá uma nova classe social, ou uma nova estrutura de poder. Claro que a ironia está presente neste parágrafo.

O questionamento do poder da Nobreza, muitas vezes partirá dela mesma, ainda mais pensando que há uma possibilidade de se constituir uma república da plebe, como aconteceu em algumas cidades-estado alemãs durante o mesmo período de formação do Estado Nacional Espanhol. Que não foi o caso da região ibérica. O medo de Nietzsche da *décadence*, está em si mesmo, pois o termo está errado, não em seu significado, mas em sua utilização. *Décadence*, é na verdade aquele que preza pela manutenção de um poder que necessita de uma constante manutenção e que está em queda ou desestabilidade política e militar, como aconteceu na formação da Espanha.



O poder do monarca, da aristocracia, nobreza, é um poder *Décadent*. Não o contrário, o que questiona este poder, independentemente do que se utilizaria da dialética ou de outra estrutura lógica e racional. Não é o Don Afonso que é o *Decadént*, mas o vácuo de poder deixado no trono espanhol. A categoria forjada por Nietzsche, além de criar uma estrutura cúpida para criticar o que seria a dialética, é uma alógica ao próprio pensamento da filosofia, que se estrutura mais em um saudosismo de uma projeção de um passado, idealizado e pensado de forma discriminadora, do que uma crítica á um tipo de pensamento vigente do século XIX, que é o positivismo. O passado para Nietzsche é glorioso, mas não há glória para os *Décadents*.

Aristocracia espanhola é um poder *Décadent*, pois na sua estrutura de justificativa de manutenção de poder é algo insustentável já no seu princípio, por isso podemos dizer que o Império Espanhol foi um império da *Décadence*.

Conclusão

É necessário subverter Nietzsche, e trazer à tona diversos conceitos válidos, mas mal construídos devido á nebulosidade de épocas. A dialética não nos torna *décadents*, mas nos faz questionar poderes que sim são os verdadeiros *décadents*, e que mesmo tendo sofrido alterações para o materialismo dialético, se torna essencial para o desenvolvimento das ciências sociais. Afinal Nietzsche era um materialista também, o que traz mais um argumento para a crítica das suas obras.

Bibliografia

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos**. Tradução de *Götzen-Dämmerung oder wie man mit dem Hammer philosophiert*, Renato Zwick. ISBN: 978-85-254-1916-3. Ano 2009, Reimpressão 2019. Coleção L&PM Pocket, vol. 799.

AVELINO, Yvone Dias. **Mercadores-Banqueiros na conjuntura comercial da América dos Áustrias**. Editora Emanuscritos, 2021. ISBN: 978-65-86723-15-1.



Caetano Veloso X Latinoamerica

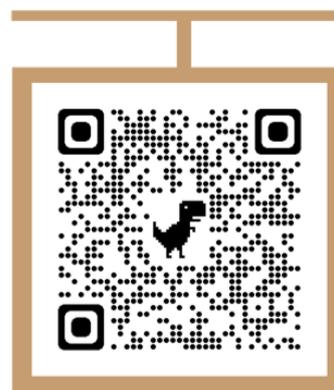
Por: Pedro Torres¹

Através da discografia de Caetano podemos identificar uma atenção com a noção de nacionalidade e linguagem, acredito que o marco desse “estado” de sua arte seja na canção “Língua” que nomeia o álbum. Nesta faixa ele divide o canto com Elza Soares, e antes de “passar a vez” para ela, Caetano grita apaixonadamente “Minha pátria minha língua !”, é nesse verso que estes simbolismos nacionais são concretizados em sua música dali em diante.

No texto da canção Caetano aplica figuras de linguagem, como no verso “Lusa América...Latim em pó” e também várias expressões em inglês, acredito que visando expor o “imperialismo linguístico” norte-americano. Ao mesmo tempo podemos ouvir múltiplas referencias culturais nacionais, e assim cantando em varias línguas numa mesma canção Caetano parece valorizar o multiculturalismo quase duas décadas antes do globalismo da década de 1990. E de fato, na década do globalismo e da globalização econômica Caetano realiza sua “ode” à América-Latina em seu álbum “Fina Estampa” cantado completamente em espanhol, entre boleros e traduções do espirito carioca, são audíveis os elementos de sincretismo e simetria entre as nações do território latino-americano.



Ouçá “Fina Estampa”,
album de Caetano Veloso



¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: pedromttorres@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5869-4066.

Estes paralelos rítmicos e culturais levaram Caetano para o cinema, porém diferentemente do passado, não como crítico, agora como ator-artista que através da canção “Cucurucucu Paloma” disseca os sentimentos das personagens no filme “Hable Con Ella” de Pedro Almodovar.

Assista a cena do
filme “Hable Con Ella”



Caetano Veloso no traço de Marcio Malta, o Nico.

CHARGES

1492

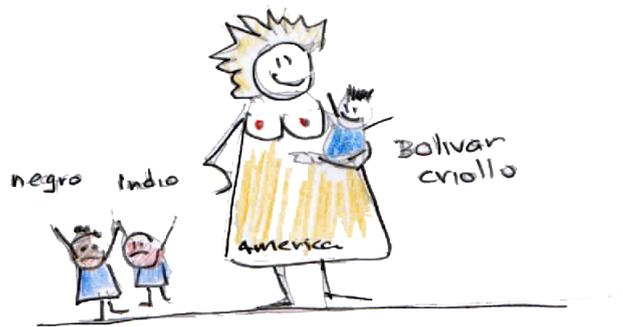
Czribe



Bolivar e a
Identidade do Americano



Devi



Ami



Design e Diagramação

Luana Pavani

Ilustrações

Vitor Luis Passos Lima

Charges

Silvio Larocca de Paiva Junior

